



**Relatório de atividades de pesquisa da Especialização em Saúde Coletiva:
planejamento de ações estratégicas de saúde baseadas em evidências
científicas no município de Franco da Rocha**

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE SAÚDE

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE PESQUISA DA ESPECIALIZAÇÃO EM
SAÚDE COLETIVA: PLANEJAMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS DE
SAÚDE BASEADAS EM EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS NO MUNICÍPIO DE
FRANCO DA ROCHA**

SÃO PAULO

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Saúde - IS

Relatório de atividades de pesquisa da especialização em Saúde Coletiva: planejamento de ações estratégicas de saúde baseadas em evidências científicas no município de Franco da Rocha / coordenadora: Fabiana Santos Lucena. – São Paulo: Instituto de Saúde, 2022.

121 f.

Vários autores

1. Atenção básica 2. Comunicação em saúde 3. Avaliação de tecnologias em saúde 4. Saúde coletiva 5. Saúde mental I. Lucena, Fabiana Santos II. Instituto de Saúde.

CDD: 614

INSTITUTO DE SAÚDE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE PESQUISA DA ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA: PLANEJAMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS DE SAÚDE BASEADAS EM EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS NO MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA

Coordenação

Fabiana Santos Lucena

Pesquisadoras

Cíntia de Freitas Oliveira
Fabiana Santos Lucena
Fotini santos Toscas
Lígia Rivero Pupo
Lígia Schiavon Duarte
Maria Izabel Sanches Costa
Maria Thereza Bonilha Dubugras
Maritsa Carla de Bortoli
Mônica Martins de Oliveira Viana
Nayara Begalli Scalco Vieira
Regina Maria Mac Dowell de Figueiredo
Sílvia Helena Bastos de Paula
Sonia Isoyama Venâncio
Tereza Etsuko da Costa Rosa
Tereza Setsuko Toma

Especializandas/os

Adriana de Almeida Santos
Arthur Gobatti Mota
Giovana Galle
Isabela Dias Mendonça de Araújo
Jaqueline Dourado Lins
José Hamilton de Jesus Santos Junior
Leonardo Toyoda dos Anjos
Lilian Martins Rocha
Lincoln Moreira de Jesus Menezes
Luana Santos Conceição
Luíza Santana Ferreira
Lumi Sano Shime
Maiara Pereira Leite
Marcos Nunes de Lima
Marina Campos Pagani
Roberta Lia de Moraes Campos
Thiago Schaffer Carvalho

Agradecimentos

À Secretaria Municipal de Saúde pela parceria e pela disponibilidade para o desenvolvimento desse projeto.

Aos trabalhadores e trabalhadoras de saúde do município de Franco da Rocha, que apesar do incessante trabalho no enfrentamento da pandemia, se disponibilizaram para contribuir com esse trabalho.

As pesquisadoras e especializandos e especializadas que se dedicaram para que esse projeto fosse realizado.

Sumário

Introdução	3
Eixo 1 - Atenção Básica.....	4
TCC 1 - Entre a ampliação e a descaracterização: um estudo de caso sobre a Estratégia de Saúde da Família em Franco da Rocha	6
TCC 2 - Território e Promoção de Saúde: aproximações entre o pensamento decolonial, o urbanismo e a saúde coletiva na atuação dos Agentes Comunitários de Saúde.....	10
TCC 3 - Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na organização do cuidado na Atenção Básica à Saúde (ABS): Investigação a partir da experiência de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Franco da Rocha/SP	15
Considerações finais do eixo	20
Eixo 2 - Comunicação em saúde	21
TCC 1 - Narrativas e atitudes: um estudo qualitativo das percepções em relação ao distanciamento social de jovens de Franco da Rocha, São Paulo, Brasil.....	23
TCC 2 - Estudo quantitativo das crenças, atitudes e percepções dos jovens de Franco da Rocha acerca da COVID-19.....	29
Considerações finais do eixo	34
Eixo 3 - Avaliação de Tecnologia em Saúde	36
TCC 1 - Participação Social Em ATS: O Caso de Franco da Rocha	37
TCC 2 - Participação Social em ATS: Um Perfil Rápido de Evidências	41
Considerações finais do Eixo	44
Eixo 4 - Indicadores de Saúde.....	45
TCC 1 - Impacto da COVID-19 na mortalidade da população adulta do município de Franco da Rocha (SP)	46
Conclusão e Considerações finais do eixo	49
Eixo 5 - Saúde do Idoso	50
TCC 1 - Excesso de mortalidade em idosos de Franco da Rocha – SP e a pandemia de COVID-19: uma análise das iniquidades em saúde.....	52
Considerações finais do Eixo	57

Eixo 6 - Saúde da Mulher	58
TCC 1 - Entre incêndios e prevenção: Sífilis Congênita no Território de Franco da Rocha.....	60
TCC 2 - Empoderando pessoas grávidas de Franco da Rocha para que suas vozes sejam escutadas (no processo de atualização do Plano de Parto).....	68
Considerações finais do Eixo	73
Eixo 7 - Saúde mental	74
TCC 1 - Articulação intersetorial entre a Atenção Psicossocial e o Sistema Único de Assistência Social: o cuidado ofertado à População em Situação de Rua em Franco da Rocha/SP	76
TCC 2 - Vulnerabilidade Social e a Pandemia de COVID-19: A Construção de Ações de Cuidado Psicossocial a partir do Trabalho em Rede e da Articulação Intersetorial.....	81
Considerações finais do Eixo	87
Eixo 8 - Saúde da Criança	88
TCC 1 - O retorno às atividades presenciais das escolas na pandemia: análise dos casos de COVID-19 em crianças no município de Franco da Rocha/SP	90
TCC 2 - Medidas para mitigação da transmissão do SARS-CoV-2 na comunidade escolar.....	95
Considerações finais do Eixo	100
Eixo 9 - Saúde do Adolescente	101
TCC 1 - Das Infecções Sexualmente Transmissíveis à Sífilis: uma análise sobre a realidade de adolescentes e jovens em Franco da Rocha.....	102
TCC 2 - Infecções Sexualmente Transmissíveis e Comportamento de Risco: uma análise da realidade de jovens e adolescentes de Franco da Rocha, com foco em HIV/AIDS.....	108
Considerações Finais do Eixo.....	115

Introdução

Em janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional devido à doença denominada COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Em 11 de março foi declarada a pandemia da COVID-19 que apresenta desafios sem precedentes para políticas e sistemas de saúde de todo o mundo. O Brasil já registrou mais de meio milhão de mortes desde o início da pandemia, segundo boletim do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) do dia 21 de junho de 2021.

A velocidade da propagação e a infectividade do vírus fizeram com que os governos estabelecessem uma série de medidas para conter a infecção, como fechamento de comércios, cancelamento de voos internacionais, fechamento de escolas e *lockdown*. Dessa forma a epidemia trouxe diversos impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e sanitários (Sarti et al, 2020).

No Brasil temos um sistema de saúde universal (Sistema Único de Saúde - SUS) instituído na constituição há pouco mais de trinta anos e que garante acesso universal a todas e todos os cidadãos. O SUS conta com uma rede de instituições de ensino, pesquisa, universidades, que trabalham em conjunto com os diversos níveis de gestão, como secretarias municipais e estaduais de saúde, bem como o Ministério de Saúde, contribuindo para a sustentabilidade do sistema também a partir de formação profissional vinculada aos seus princípios e diretrizes (Paim, 2018).

São diversos os desafios presentes no SUS que precedem a pandemia, mas que ficam evidentes no enfrentamento à COVID-19, como recursos e infraestruturas insuficientes, desigualdade regional na distribuição de recursos, modelo biomédico hegemônico, entre outros. Ainda assim, historicamente, temos o exemplo de grandes avanços como: sistema de vigilância em saúde, vigilância sanitária, assistência farmacêutica, transplantes, SAMU, cuidado relacionado ao HIV/AIDS, Programa Nacional de Imunizações. Também merece destaque o alcance da Atenção Primária à Saúde (APS), onde cerca de 60% da população brasileira está vinculada às equipes de Saúde da Família (Paim, 2018). O enfrentamento à pandemia seria um desafio ainda maior se não houvesse um Sistema Único de Saúde com tantos programas consolidados, conforme citados acima.

Diante desse quadro apresentado, um novo desafio na gestão municipal, referente ao planejamento de ações estratégicas de saúde do município de Franco da Rocha, durante e após a pandemia. A realização desse estudo poderá contribuir para a compreensão de como o sistema de saúde de Franco da Rocha tem enfrentado as demandas de saúde durante a pandemia, identificando os desafios e contribuindo para a superação destes, além de fornecer evidências para orientar o planejamento de ações estratégicas de saúde futuras.

Objetivo geral

Produzir e sistematizar evidências científicas para apoiar o planejamento de ações estratégicas de saúde do município de Franco da Rocha, durante e após a pandemia.

Aspectos Éticos

O presente estudo foi aprovado no Comitê de Ética do Instituto de Saúde/SES-SP, mediante parecer nº 4.842.094, e respeitou as diretrizes compostas nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Esse relatório faz parte da devolutiva dos resultados para os gestores de saúde do município de Franco da Rocha, em conformidade com a Resolução 580/2018 do Conselho Nacional de Saúde.

A coleta de dados, tanto das entrevistas como dos dados secundários só ocorreram após aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde. Para a realização da pesquisa contamos com a anuência dos gestores municipais, através do Termo de Anuência Institucional. Todos os participantes foram convidados a assinar Termos de Consentimento Livre e Esclarecido ou declarar autorização através de gravação, conforme atividade a que participaram.

Eixo 1 - Atenção Básica

Pesquisadoras responsáveis:

Mônica Martins de Oliveira Viana; Lígia Schiavon Duarte;
Fabiana Santos Lucena; Maria Izabel Sanches Costa.

Introdução

O eixo de trabalho da Atenção Básica parte do entendimento de modelo de atenção enquanto conjunto de práticas orientadas para um determinado projeto de saúde e assume que os princípios da Integralidade e Equidade, norteadores do SUS, apresentam maiores chances de êxito dentro da proposta de uma Atenção Primária à Saúde (APS) Abrangente, que por sua vez tende a estar incluída nas diretrizes de funcionamento da Estratégia Saúde da Família (ESF). Em especial, a ESF tende a distinguir-se do modelo biomédico hegemônico e da APS seletiva pelos esforços de atuação junto ao território e por meio de ações de promoção à saúde e prevenção de agravos de caráter ampliado, considerando os determinantes sociais do processo saúde-doença, além dos atributos culturais e subjetivos que marcam a singularidade do cuidado na perspectiva da clínica ampliada e compartilhada.

Deste modo, o eixo teve como objetivo geral analisar modelo de atenção e do processo de trabalho da Atenção Básica de Franco da Rocha e identificar barreiras e facilitadores para a implementação das estratégias de cuidado no território.

Pretende-se, a partir dos dados obtidos a partir desse panorama analítico, contribuir para a consolidação de práticas de atenção, promoção e de prevenção mais abrangentes, visando à um SUS mais equânime.

TCC 1

Entre a ampliação e a descaracterização: um estudo de caso sobre a Estratégia de Saúde da Família em Franco da Rocha

Marcos Nunes de Lima, Mônica Mônica Martins de Oliveira Viana, Lígia Schiavon Duarte, Maria Izabel Sanches Costa, Fabiana Santos Lucena

Objetivo

Analisar o processo de trabalho da Atenção Básica de modo a identificar o modelo de atenção à saúde prevalente; compreender os conceitos e diretrizes que orientam a prática das equipes de saúde; analisar a relação entre a equipe e a população adscrita, tendo em vista a corresponsabilização e Vínculo Terapêutico.

Métodos

Trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa, no qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas, a partir de um roteiro pré-elaborado, com duração aproximada de 60 minutos. Devido à Pandemia pelo COVID-19 optamos por utilizar o aplicativo Google Meet para realização das entrevistas de modo virtual, e estas ocorreram durante os meses de novembro-dezembro de 2021. Os participantes são quatro profissionais de saúde da Atenção Básica do município de Franco da Rocha, sendo o critério para sua escolha baseado em: 1. Participação na Equipe de Saúde da Família há pelo menos um ano; 2. Profissionais de diferentes categorias; 3. Trabalhadores que não estejam afastados por licença médica,

ou qualquer outro motivo. O local de estudo é uma Unidade Básica de Saúde do Município, e a aproximação com o campo se deu por intermédio da coordenadora de Atenção Básica, a gestora do serviço, coordenação da especialização em Saúde Coletiva e orientadora deste projeto. Com o consentimento livre e esclarecido dos participantes, o encontro foi gravado e posteriormente o material foi transcrito, sendo os dados obtidos submetidos à Análise Temática de Conteúdo.

Resultados

Os resultados obtidos foram analisados em 5 temas, produzidos a partir da articulação de trechos das quatro entrevistas, sendo eles: 1. Noções de Saúde e Processo de Trabalho; 2. APS em vias de tornar-se Seletiva e Programática; 3. Trabalho em Equipe; 4. Vínculo e corresponsabilização; 5. O que sabemos sobre o PTS?

A análise dos dados indica a existência de uma noção de saúde atrelada à doença, que figurou no discurso dos entrevistados como o principal objeto de trabalho das equipes SF, enquanto a saúde seria produzida em sua ausência. Com prevalência de práticas e ações preventivas, o impedimento da instalação da doença se sobrepõe, no cenário da Pandemia pelo COVID-19, às ações de promoção de saúde, de reabilitação e de educação permanente. Já o processo de trabalho das equipes, orientado por tais concepções, parece ter por finalidade a recuperação da condição física necessária para a inserção na sociedade. Neste cenário, a prática aparentemente permanece voltada para o atendimento de determinados grupos sociais, como no caso de gestantes, crianças, usuários com doenças crônicas não transmissíveis e a população pobre.

Foram relatadas a diminuição das ofertas de cuidado e a definição de uma cesta restrita de serviços, a ênfase no atendimento emergencial e o programático prioritário, além da fragilização dos processos de referência - contra referência. A produção de vínculos, a realização de reuniões de equipe e, por consequência, a corresponsabilização pelo cuidado ficaram fortemente prejudicadas. Outro fenômeno mencionado foi a tendência à individualização do processo de trabalho e um progressivo desinvestimento do processo de identificação e manejo das necessidades da população e do território.

Foram encontradas concepções individualizantes e culpabilizadoras, presentes na compreensão da equipe sobre os modos de adesão da população e, em alguns casos, sugerindo a redução da responsabilidade da equipe para com o cuidado. Além destes, identificamos também a existência de uma perspectiva que toma a saúde enquanto resultado de um exacerbado consumo imediato de produtos, tais como aqueles obtidos em consultas, remédios e outros procedimentos. Tais características de fragilização das relações das propostas de cuidado estiveram refletidas nas dificuldades mencionadas pela equipe em relação ao desenvolvimento de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS).

Conclusão

A consolidação da ESF permanece um campo em disputa, apesar dos recentes investimentos feitos pela gestão municipal na expansão da cobertura da ESF. Os resultados aqui reunidos indicam que se faz necessário dar continuidade e maior atenção aos princípios e diretrizes da ESF enquanto proposta de um modelo de atenção básica mais abrangente. O

cenário atual revelado nas entrevistas aponta para uma situação de coexistência de práticas e ações em saúde que ainda reproduzem o modelo biomédico hegemônico.

TCC 2

Território e Promoção de Saúde: aproximações entre o pensamento decolonial, o urbanismo e a saúde coletiva na atuação dos Agentes Comunitários de Saúde

Roberta Lia de Moraes Campos, Maria Izabel Sanches Costa Mônica,
Martins de Oliveira Viana, Lígia Schiavon Duarte, Fabiana Santos Lucena

Objetivo

Analisar como a atuação dos ACS no território é influenciada pela forma de organização do trabalho e da cidade, buscando compreender como diferentes vivências do território podem contribuir para a construção de uma ação em saúde mais territorializada.

Métodos

A partir de uma revisão bibliográfica e de entrevistas individuais, buscou-se compreender como as diferentes percepções que os agentes de saúde têm do território. Para isso foi selecionado um grupo diverso de 6 ACS da UBS Dr. Osório César, no município de Franco da Rocha. Composto por: 4 mulheres e 2 homens; 2 pessoas pretas, 2 pardas, 1 indígena e 1 branca; 5 heterossexuais e 1 homossexual. A variação de idade foi de 26 a 42 anos, tendo duas das agentes 30 e 31 anos, outras 40 e 41 anos. Em relação ao tempo de trabalho na UBS, 4 pessoas estavam lá há 5 anos, enquanto as outras duas entraram há 2 anos. Todos os profissionais residem no município de atuação, sendo a maioria responsável por uma área próxima à que residem.

As características de cada um dos profissionais permitem vivências diferentes do território. Sendo assim, a entrevista focou em compreender as diferentes percepções que os agentes podem ter do território, bem como os possíveis fatores que a influenciam.

As entrevistas foram realizadas de forma individual, no formato online, através da plataforma Google Meet, tendo duração aproximada de 30 minutos. Elas foram gravadas e transcritas. Um roteiro semiestruturado foi utilizado para guiar a conversa. Após as entrevistas procedeu-se à etapa da análise de conteúdo, sendo elaborada uma tabela para auxiliar na sistematização das respostas em eixos temáticos, compostos das seguintes unidades temáticas: território, organização espacial, desigualdades e rotina de trabalho. Posteriormente foram definidos três tópicos de análise: a. Influência do modelo econômico e do modo de produção vigente nas ações de saúde e no território b. O território enquanto espaço habitado e a reprodução de desigualdades nas formas de ocupação e planejamento urbano; c. A organização política da vida urbana e suas reverberações no sistema de saúde.

Resultados e Discussão

Resultados e discussão: A discussão foi elaborada a partir dos tópicos de análise acima descritos, baseados nas entrevistas realizadas com os ACS. Em relação à influência do modelo econômico nas ações de saúde, foi possível perceber o quanto a lógica capitalista que rege o mercado está presente também nas ações em saúde e na organização dos serviços públicos, explica-se assim o modo de financiamento dos equipamentos, guiados pela produtividade e pelos números. Questiona-se o quanto esta lógica se

fundamenta no colonialismo, pressupondo que existe uma forma de conhecer e cuidar que é soberana e se sobrepõe às necessidades reais do território, impossibilitando a construção de ações que estejam de acordo com as necessidades percebidas e sobrecarregando os profissionais que se detêm à vivência do território e à percepção de demandas locais, como é o caso dos ACS. Discute-se ainda o quanto a forma de lidar com a natureza e com o ambiente em que se habita é também guiada por essa lógica do capital e do desenvolvimento, à medida em que tudo é utilizado como recurso. Defende-se assim, a quebra de uma visão biomédica da saúde - focada no tratamento de distúrbios orgânicos e físico -, em defesa do cuidado não só aos indivíduos, mas também ao território, de forma que outros aspectos da saúde sejam também abarcados ao pensarmos em estratégias de promoção da saúde.

Essa visão ampliada da saúde possibilita a análise da ocupação dos espaços urbanos e do planejamento regional como aspectos que influenciam diretamente a saúde. Cabe ressaltar a importância do reconhecimento das necessidades locais e do fortalecimento de vínculos comunitários, através da vivência coletiva e do compartilhamento de alguns espaços públicos, como praças, museus, etc. No município de Franco da Rocha esta demanda é frequentemente percebida pelos ACS que atuam nas regiões menos centrais, onde existe uma carência de serviços e equipamentos públicos. Os agentes de saúde também relatam o quanto algumas vulnerabilidades só puderam ser percebidas a partir do momento que eles passaram a ter maior contato com a população. Agentes que relatam trabalhar em bairros mais vulneráveis e, portanto, vivem nestes bairros, apresentam maior percepção das demandas, além de maior permeabilidade nessas áreas mais

vulneráveis, o que permite maior acesso do sistema de saúde a essas regiões. O ACS apresenta-se assim, como uma das portas de entrada do usuário ao sistema de saúde, promovendo a integração dos usuários com o sistema e trazendo o conhecimento do território para o centro do cuidado. Reitera-se a importância desses profissionais na descentralização dos serviços, contribuindo para alterar a lógica periferia-centro típica de muitos espaços urbanos. Essa necessidade fica muito nítida em Franco da Rocha, onde grande parte da população trabalha em São Paulo e depende de transporte público, tornando a mobilidade urbana uma das características de grande influência na situação de saúde da população, bem como outras questões relacionadas à infraestrutura urbana.

Aspectos como a organização da cidade e da economia estão diretamente relacionados à promoção da saúde e às formas de viver em sociedade e habitar o mundo. A organização política também influencia nesta organização, não só da sociedade, mas também do próprio sistema de saúde, à medida que os agentes de saúde, além de profissionais do SUS, são também agentes políticos e que a forma de organização capitalista privilegia lógicas individualizantes e hegemônicas em muitos aspectos, inclusive nas ações de saúde, que desconsideram as especificidades do território. Percebe-se uma busca pela homogeneização do cuidado e dos espaços, o que desconsidera problemas estruturais herdados pelo colonialismo, que auxiliam na reprodução de opressões. A influência dessas questões é explicitada quando os ACS relatam maiores demandas provenientes de territórios mais vulneráveis, constituído majoritariamente por pessoas negras, muitas vezes mulheres, mães solo, demonstrando o quanto aspectos como cor, gênero, idade, etc. influenciam na saúde e na

organização social. Reitera-se, assim, a importância de profissionais diversos, que se identifiquem e sintam pertencentes a seus territórios, podendo circular com mais familiaridade pelos espaços e vincular as pessoas ao serviço nas áreas mais remotas, onde o acesso nem sempre é fácil, como é o caso de regiões com muitos morros e sem tanta infraestrutura no município. O papel dos ACS é central para a territorialização em saúde, permitindo a construção de ações de acordo com as necessidades da comunidade local, visando à promoção da saúde do coletivo.

Por fim, evidencia-se também a importância dessas ações no combate à pandemia de COVID-19 e outras problemáticas relacionadas à saúde pública, intimamente ligadas ao modo de organização político, econômico e ambiental da sociedade.

Conclusão

A indissociabilidade de aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais na análise dos processos de saúde e de ocupação dos espaços urbanos ressalta a importância de reconhecer o processo saúde-doença e o processo de urbanização como sócio-históricos. Fizeram-se necessárias análises multidimensionais para o município de Franco da Rocha, a fim de compreender as necessidades da comunidade. Para isso buscou-se uma aproximação entre a saúde coletiva, o urbanismo e o pensamento decolonial, à medida que todos enfatizam a importância de ações intersetoriais que considerem a saúde e o território de forma ampliada e integral, visando a construção de um mundo mais saudável.

TCC 3

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na organização do cuidado na Atenção Básica à Saúde (ABS): Investigação a partir da experiência de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Franco da Rocha/SP

Jaqueline Dourado Lins, Fabiana Santos Lucena, Mônica Martins de Oliveira Viana, Lígia Schiavon Duarte, Maria Izabel Sanches Costa,

Objetivos

Investigar a SAN na organização do cuidado em uma UBS; identificar e analisar a organização da atenção nutricional; as práticas locais de promoção da alimentação adequada e saudável; as ações de vigilância alimentar e nutricional; e a formação dos profissionais.

Métodos

Trata-se de uma pesquisa transversal e de natureza qualitativa, incorpora a proposta do Eixo de Atenção Básica que busca analisar o modelo de atenção e o processo de trabalho da Atenção Básica de Franco da Rocha e identificar barreiras e facilitadores para a implementação das estratégias de cuidado no território.

Foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas, de forma remota, com trabalhadores de diferentes equipes de saúde de uma unidade básica de saúde em Franco da Rocha. A UBS estudada foi indicada pelo município por responder aos critérios de diversidade de profissionais da saúde e com área de abrangência representativa da população.

Foram convidados para as entrevistas trabalhadores que representassem diferentes categorias profissionais, à saber: nutrição, enfermagem, medicina, agente comunitário de saúde (ACS) e a gerência da UBS.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. As transcrições foram analisadas mediante Análise Temática, buscando oferecer elementos para a discussão crítica. A análise das entrevistas permitiu a apresentação de um panorama geral da UBS, onde se descreve o contexto no qual os trabalhadores estão inseridos; a identificação da concepção sobre alimentação e nutrição vigente no serviço e sua relação com a SAN; entender a inserção da SAN na organização do cuidado a partir da Atenção Nutricional, considerando como se dá sua organização, as ações para promoção da alimentação adequada e saudável, a vigilância alimentar e nutricional e a formação/capacitação dos trabalhadores nesse sentido. Por fim, a partir da análise também se apresentou a discussão sobre potencialidades no serviço no que se refere à SAN.

Resultados e Discussão

O estudo demonstrou que a Insegurança Alimentar e Nutricional aparece entre as demandas atuais na UBS. Os desafios locais relacionados à alimentação e nutrição não estão desconexos de um contexto macro político-econômico-social. Observa-se uma situação onde os trabalhadores da saúde lidam em concomitância com obesidade e com a fome. É importante destacar que o problema do sobrepeso/obesidade não se caracteriza como sendo um problema oposto a fome, deve-se, no entanto, considerar a possibilidade de ambos estarem interligados. Tais condições são cada vez mais reconhecidas como fatores sinérgicos que coexistem e

compartilham determinantes sociais comuns em uma escala global; além disso, também partilham interações nos campos biológico e psicológico. Esse fenômeno exige um modelo de atenção à saúde pautado na integralidade do indivíduo com uma abordagem centrada na promoção da saúde.

É importante salientar a importância de profissionais esclarecidos e capacitados a atuar com uma visão ampliada de saúde, sob o paradigma da alimentação adequada e saudável enquanto direito. Expor o pensamento sobre problemas alimentares é fundamental para que se possa pensar sobre eles, é ainda uma condição para resolvê-los. O debate sobre a SAN à nível local possibilitaria a ampliação do próprio pensamento dos trabalhadores e usuários, contribuindo para o enfrentamento da situação alimentar.

Apesar do avanço com a implementação do NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) no município, tendo ainda incluído o nutricionista em sua equipe, tanto o credenciamento de equipes, quanto a inserção deste profissional, tem se mostrado em números insuficientes. Identificou-se uma organização centrada na nutricionista, seguindo uma lógica de encaminhamentos e atendimento individual, com fragilidades na prática do matriciamento. Tal cenário corrobora para o represamento das várias demandas existentes, o que pode levar à violação do direito da população ao cuidado e à atenção nutricional. Nota-se que na UBS a atenção nutricional acontece a partir de orientações em consultas médicas e com a equipe de enfermagem, ou em visitas domiciliares do ACS e o atendimento individual com a nutricionista como recurso para casos ditos mais complicados. As orientações dietéticas demonstraram ser o recurso mais utilizado pelos diferentes trabalhadores para a atenção nutricional e não foi

possível identificar que as abordagens ultrapassam uma perspectiva reducionista da nutrição.

Considerando a uma predominância na UBS de práticas educativas verticalizadas e centradas em patologias, evidencia-se a necessidade de revisão dos paradigmas que norteiam as práticas educativas, tanto no que se refere à concepção sobre alimentação adequada e saudável trabalhada, dando atenção ao conteúdo trabalhado nessas práticas, quanto em termos da perspectiva que se tem sobre educação, refletindo sobre os métodos educativos utilizados, considerando que ações educativas seriam essenciais para o trabalho em prol da SAN. A educação alimentar e nutricional é capaz de sensibilizar os usuários quanto à alimentação como direito e quanto à problematização da pobreza, da fome, do consumo de alimentos de baixa qualidade e das desigualdades sociais e econômicas como geradoras dessas condições.

A ABS tem grande potencial para proteger o DHAA (Direito Humano a Alimentação Adequada), principalmente na identificação de suas violações se utilizando das informações dentro do território. A UBS contribui para proteção do DHAA quando dispõe de mecanismos para detectar situações de insegurança alimentar e os utiliza sem discriminação, o serviço também pode atuar na identificação de situações de negligência em ambientes institucionais e na família. No entanto, a VAN (Vigilância Alimentar e Nutricional) na unidade parece estar atrelada unicamente ao acompanhamento das famílias cadastradas no, agora extinto, Programa Bolsa Família. A VAN na UBS ofereceria uma reflexão sobre como ampliar a capacidade de resposta da ABS frente aos problemas alimentares vivenciados pela população. Promover o treinamento e a capacitação de

recursos humanos é uma das responsabilidades da gestão municipal, conforme determina a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. O caráter biomédico e a concepção reducionista da nutrição se mostraram predominantes em diferentes ações da atenção nutricional, entre elas também a capacitação dos profissionais. A formação precisaria estar orientada e direcionada para uma atuação coerente com o enfrentamento das questões sociais que afligem a população, sendo essa um caminho para a prática profissional com consciência política na compreensão das necessidades de saúde da população. Mas vale salientar que, a partir de ações já iniciadas na UBS estudada, se identificou potencialidades para a inserção da SAN na organização do cuidado em saúde. Considerando potencial o que se refere à: articulação intersetorial, participação social e mapeamento do território, somando-se às práticas educativas da UBS no campo da alimentação e nutrição, de forma a ampliar as abordagens de ações para promoção da alimentação adequada e saudável.

Conclusão

As práticas referentes à atenção nutricional demonstraram predominância de uma concepção alinhada ao paradigma reducionista da alimentação e nutrição, o que limita a inserção da temática da SAN no serviço. A atenção nutricional se apresentou amparada principalmente por uma lógica focada em prescrições dietéticas nos atendimentos individualizados, ainda que ações coletivas de educação alimentar e nutricional sejam presentes, expressam um caráter verticalizado e com ênfase em patologias. Uma vez que se apresenta ao serviço demandas relacionadas à situação de insegurança alimentar e nutricional no território, torna-se imprescindível promover a garantia da SAN na organização do cuidado na ABS.

Considerações finais do eixo

A integração entre os três trabalhos desenvolvidos conflui para o entendimento de que no município há a coexistência de diferentes práticas de saúde dentre as equipes, com predominância, durante a pandemia, de ações que reproduzem o modelo de atenção biomédico hegemônico, tanto na dimensão do cuidado individual como na do cuidado coletivo, com fragmentação do trabalho e ênfase na dimensão orgânica do cuidado e na higienização das condutas dos corpos e dos territórios. Neste cenário, parece relevante que a gestão municipal inclua em seu planejamento a manutenção de investimentos voltados para a ampliação da ESF, mas que estejam em direta associação com estratégias para a consolidação e fortalecimento de um modelo de atenção alternativo, mais voltado para as diretrizes da clínica ampliada e para uma APS abrangente, tais como a integralidade, a longitudinalidade e o caráter comunitário do cuidado. Destacam-se, dentre as estratégias para a mudança de modelo, o investimento em contratação de equipes com perfil ESF, a formação contínua, a articulação da Rede de Atenção à Saúde e construção de dispositivos de apoio institucional que incluam o fortalecimento dos espaços coletivos de gestão e participação social.

Eixo 2 - Comunicação em saúde

Pesquisadora responsável:
Maria Thereza Bonilha Dubugras

Introdução

Em 2020, estudos indicaram que cerca de 80% dos infectados pelo SARS-CoV-2 eram assintomáticos, monossintomático ou tinham sintomas brandos, sendo que, com frequência, não eram encaminhadas para testes diagnósticos, por isso eram um elemento chave na disseminação da doença. Os jovens sem doenças preexistentes estavam incluídos nesse grupo.

A partir do início de 2021, o Observatório da Fiocruz COVID-19 identificou um aumento do número de casos sintomáticos, internações e óbitos entre os adultos e os jovens.

Considerando a importância dos jovens assintomáticos e monossintomáticos na cadeia de transmissão da COVID-19, bem como o aumento do número de casos da forma grave da doença, o eixo de Comunicação em Saúde teve como objetivo geral analisar as percepções e as atitudes em relação às medidas sanitárias de prevenção e controle da COVID-19 de jovens (18 a 29 anos) de Franco da Rocha.

As conclusões da análise das percepções e das atitudes dos jovens podem contribuir para a compreensão dos fatores que determinam as condutas e as estratégias adotadas pelos indivíduos frente à doença, fornecendo

informações para ações de comunicação voltadas para a conscientização. Adicionalmente, esse conhecimento pode embasar um debate mais crítico em relação aos discursos sobre e para as juventudes, ajudando a produzir uma via de participação popular juvenil e novas possibilidades de enfrentamento aos desafios sanitários.

TCC 1

Narrativas e atitudes: um estudo qualitativo das percepções em relação ao distanciamento social de jovens de Franco da Rocha, São Paulo, Brasil

Giovanna Galle, Maria Thereza Bonilha Dubugras

Objetivo

Analisar as percepções de risco, significados e atitudes relacionados às práticas de distanciamento social dos jovens de 18 a 29 anos de Franco da Rocha.

Métodos

Foi realizado um estudo exploratório, descritivo, qualitativo, tendo como referencial teórico o construcionismo social, para a identificação do modo com que os sujeitos de pesquisa descrevem e constroem sentidos para suas experiências e para o mundo.

Para compreender as produções de significados, foram feitas entrevistas semiestruturadas, compostas por 10 perguntas básicas, relacionadas ao contexto de vida dos entrevistados, aos significados do distanciamento social, às consequências percebidas da pandemia, à percepção em relação aos próprios comportamentos e de outros jovens frente a essa crise sanitária, no período de agosto a setembro de 2021.

Em julho e agosto de 2021, a realização do presente estudo foi divulgada, pela pesquisadora principal, através do Conselho Municipal da Juventude de Franco da Rocha (CMJ). A identificação dos sujeitos de pesquisa foi realizada a partir de uma rede de contatos, iniciada por dois jovens dessa comissão, que aceitaram participar do estudo e divulgaram para outros indivíduos.

As entrevistas foram realizadas por meio de uma plataforma on-line Google Meet, durante os dias 01 a 29 de setembro de 2021, em horários propostos pelos entrevistados. Foram entrevistadas cinco pessoas com idades entre 18 a 29 anos de Franco da Rocha, sendo quatro mulheres e um homem. Os participantes tiveram suas identidades preservadas na divulgação dos resultados da pesquisa, para cada um deles foi criado um nome fictício.

As entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 2006)¹ para a categorização temática. Na análise dos dados, foi enfatizada a dinâmica dialógica entre pesquisador e o participante, observando os jogos de posicionamentos e os repertórios linguísticos.

Resultados e Discussão

Cada um dos entrevistados produziu narrativas diversas sobre suas experiências e percepções, cada qual lidando com a complexidade e as incertezas do cotidiano no cenário pandêmico. Apesar das particularidades entre si, todos os participantes concordaram quanto à importância das

¹ Bardin, L. Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 7, 2006.

práticas de distanciamento social para a contenção e mitigação da pandemia de COVID-19.

Foram identificados e evidenciados três principais temas durante os diálogos com os entrevistados: “Práticas de distanciamento social”, “Não adesão das práticas de distanciamento social” e “Sugestões para o enfrentamento da pandemia”.

Três entrevistadas produziram enunciados com repertórios linguísticos que representavam claramente um posicionamento favorável das práticas de distanciamento social, enquanto os outros dois jovens expressaram-se de forma crítica em relação à essas medidas, bem como evidenciando contrapontos.

Observou-se nas falas dos entrevistados que se posicionaram claramente a favor das práticas de distanciamento social foram argumentos relacionados à saúde, como, por exemplo, de que o distanciamento social era uma medida eficaz para conter a superlotação em hospitais e evitar a propagação do vírus para outras pessoas. A partir desse conteúdo, foi construída a subcategoria “Saúde”.

Os entrevistados demonstraram preocupação em relação ao risco de pessoas próximas serem infectadas pelo SARS-CoV-2 e a compreensão da importância da vacina, para o controle da pandemia, porém alguns deles teceram críticas ao planejamento das políticas públicas para sustentar o distanciamento social, de forma que foi elaborado a subcategoria “Trabalho e renda”. Dois entrevistados justificaram suas opiniões através das

percepções dos impactos no campo do trabalho - fechamento de comércios e de estabelecimentos – e na renda da população.

Todos os entrevistados narraram situações em que presenciaram a aglomeração de pessoas, expondo suas opiniões diante dessas situações. Os jovens afirmaram não concordar com a realização de festas, pois nesses eventos costumam reunir várias pessoas e os protocolos de distanciamento social e uso de máscaras tendem a não serem cumpridos. A partir das falas dos entrevistados sobre as festas realizadas pelos jovens de Franco da Rocha (“baladas”) e outras práticas de lazer, foi definida a subcategoria “Percepção de riscos”. Três participantes continham em seus discursos a percepção de que os jovens tendem a subestimar os riscos de se infectar e de transmitir o vírus para outras pessoas, como também de que a população juvenil com frequência tenha comportamentos visando a oposição às regras e normas.

Apesar de a maioria apresentar como discurso essa concepção de que “o jovem é rebelde, não acha que o vírus pode atingi-lo”, todos associaram as desigualdades sociais como um possível fator para a não adesão das práticas de distanciamento social. Os entrevistados relataram situações de pobreza, desemprego, conflitos familiares, disparidades nas oportunidades de lazer, falta de acesso a recursos básicos e moradias precárias como obstáculos para o cumprimento das medidas de higiene e quarentena. Portanto, os participantes refletiram sobre o fato de que há pessoas que não têm condições de aderir aos protocolos de higiene e tão pouco ao distanciamento. Sendo assim, foi produzida a segunda subcategoria: “Desigualdades sociais”.

A última categoria definida como “Sugestões para o enfrentamento da pandemia” foi produzida a partir dos pensamentos e possibilidades de ações encontradas pelos jovens para mitigar os impactos causados pelo contexto pandêmico, definindo-se as subcategorias: Fiscalização; Políticas públicas e Participação social. Todos os entrevistados mencionaram a necessidade de uma fiscalização mais rigorosa em casos de ocorrências de festas e eventos, assim como nos estabelecimentos para garantir o cumprimento adequado das normas de higienização, uso obrigatório de máscaras e distanciamento social.

Adicionalmente, duas entrevistadas sugeriram um maior investimento em educação de qualidade, garantindo acesso à Internet, para os jovens sem esse recurso em suas residências, e proporcionando um entendimento mais crítico das informações sobre a COVID-19. Além disso, todos mencionaram a criação de políticas para a garantia de uma renda básica, cestas de alimentos e produtos de higiene para famílias em vulnerabilidade socioeconômica como uma forma diminuir os efeitos causados pelo desemprego e diminuição dos proventos.

Três jovens mencionaram que os posicionamentos divergentes das autoridades municipais, estaduais e federais podem ter causado dúvidas entre a população. Adicionalmente, esses entrevistados criticaram negativamente a falta de comunicação entre políticos, gestores e os representantes da sociedade civil, o que poderia favorecer tomadas de decisões mais eficientes e factíveis, considerando as necessidades dos grupos populacionais.

Considerações finais

Uma análise sobre a percepção dos jovens sobre o distanciamento social não pode ser simplista, visto que se trata de um estudo sobre uma população diversa, com suas singularidades, raça/cor, gênero, classe social, contextos de vida, conhecimentos e crenças, por isso, aqui foi identificada como juventudes.

O distanciamento social é uma medida fundamental para o controle da COVID-19, mas que pode acarretar consequências graves para a população em situação de vulnerabilidade social, se não for implementada em conjunto com ações que combatam as desigualdades sociais.

Os resultados do presente estudo indicam que os entrevistados compreendiam os benefícios do distanciamento social frente ao risco da transmissão da COVID-19 e do surgimento da forma grave da doença, estando cientes e preocupados com as consequências socioeconômicas da pandemia. Adicionalmente, os jovens afirmaram que pretendiam colaborar para a prevenção e controle da doença, bem como desejavam participar das discussões sobre as medidas sanitárias.

TCC 2

Estudo quantitativo das crenças, atitudes e percepções dos jovens de Franco da Rocha acerca da COVID-19

Thiago Schaffer Carvalho, Maria Thereza Bonilha Dubugras

Objetivo

Identificar e analisar as crenças, atitudes e percepções dos jovens (18 a 29 anos) de Franco da Rocha com relação a COVID-19.

Métodos

Foi realizado um estudo exploratório, descritivo, com uma abordagem quali-quantitativa, em que foi executado uma avaliação situacional (levantamento de dados socioeconômicos, demográficos, epidemiológicos e do índice de distanciamento social) e um estudo dos conhecimentos, atitudes e percepções dos jovens de 18 a 29 anos sobre as medidas sanitárias adotadas durante a pandemia de COVID-19, EM Franco da Rocha.

Foi disponibilizado, na plataforma on-line Google Forms, um questionário, direcionado à jovens (18 a 29 anos) de Franco da Rocha (indivíduos que residem, estudam e/ou trabalham no município). O questionário ficou disponível do dia 13 de agosto ao dia 18 de outubro de 2021. As perguntas foram baseadas nos questionários das pesquisas “Juventudes e a pandemia do coronavírus” (CONAJUVE, 2020) e “Viver em São Paulo: COVID-19” (REDE NOSSA SÃO PAULO; IBOPE, 2020)

O questionário continha quarenta e uma questões de múltipla escolha e três perguntas abertas, disponibilizadas em formulário eletrônico, precedidas pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com a possibilidade do indivíduo não aceitar participar do estudo ou desistir a qualquer momento.

As perguntas do questionário estavam relacionadas aos seguintes eixos temáticos: características demográficas, socioeconômicas; conhecimentos sobre a COVID-19, percepção do risco associado à doença e do impacto da pandemia. Vale ressaltar que nenhuma pergunta era obrigatória de ser respondida, dessa maneira, as questões possuem número de respondentes diferentes entre si.

A divulgação da realização do estudo para o público-alvo foi realizada através das redes sociais (Facebook e Instagram) e através do envio de mensagens de e-mail, em que foram enviados o *link* de acesso ao questionário (<https://forms.gle/Gev4cikxBhauiaHx8>) e um cartaz de divulgação. A divulgação nas redes sociais foi possibilitada por parcerias estabelecidas com os perfis "Prefeitura de Franco da Rocha", "Rádio TV Regional" no Facebook, @francoindica no Instagram, além da articulação via WhatsApp com lideranças do Conselho Municipal da Juventude de Franco da Rocha.

As respostas às questões fechadas foram submetidas à análise estatística, para o cálculo das frequências simples. Já as questões abertas foram submetidas à Análise de Conteúdo (Bardin, 2006).

Resultados e discussão

A maioria dos respondentes relatou que os meios de comunicação relacionados aos serviços oficiais municipais foram um dos principais utilizados para a busca por informações sobre a pandemia.

Em relação ao desenvolvimento da COVID-19, os resultados indicaram que os jovens não creem que têm menor risco, do que outros grupos etários, de desenvolverem a forma grave e de virem a óbito (10,5% consideram que têm menor risco de internação e 7,1% acreditam que possuem menor risco de óbito pela doença). Os respondentes têm conhecimento do papel deles na cadeia de transmissão do vírus (apenas 4,8% acreditam que têm menor risco de infectarem pessoas próximas). A maioria dos jovens de Franco da Rocha entrevistados afirmam que confiam nas medidas de protetivas contra a pandemia, como o isolamento social, uso de máscara e a vacinação, sendo que todos afirmaram já ter recebido ao menos a primeira dose da vacina contra COVID-19.

Ao mesmo tempo em que os entrevistados afirmam que os jovens confiam nas medidas protetivas contra a COVID-19 e conhecem o seu papel na cadeia de transmissão, 89,5% afirmaram que esse grupo é o com menor adesão a essas medidas. Frente a uma manchete da Folha de São Paulo, que afirmava que as festas clandestinas de jovens impulsionam a COVID-19, 23,5% dos respondentes consideraram que os jovens, são um grupo irresponsável e egoísta.

Na realização das atividades durante o confinamento, 32,8% dos entrevistados saíram de casa todos os dias para trabalhar, o que pode

indicar que o tipo de trabalho executado não deve comportar a modalidade *home office* e, portanto, serem majoritariamente presenciais. A maioria dos respondentes não saiu ou saiu pouco de casa para estudar, o que pode ter ocorrido pelo fato de que a maioria das escolas e faculdades adotaram o ensino à distância durante o momento da pandemia.

Foi observado que os participantes tiveram mais medo de fazer compras de elementos essenciais (90,1%); seguido por encontrar algum familiar ou amigos (72%) e trabalhar (63%). Já estudar foi a tarefa em que os franco-rochenses de 18 a 29 anos tiveram menos medo para realizar (13,4%). Essas informações corroboram com a hipótese de que os estudos em sua maioria à distância deixaram os jovens menos vulneráveis à COVID-19, enquanto as outras tarefas, como trabalhar, compras essenciais e interações sociais são menos comuns de serem realizadas em casa e, portanto, tornam-se um risco maior para os jovens se infectarem. É interessante ressaltar que em todas as atividades o medo em se infectar pelo SARS-CoV-2 esteve presente de maneira significativa, com uma média de 56,6% de medo (pouco ou muito) na realização das atividades.

Com relação às principais preocupações dos jovens, 90,3% relataram que tiveram receio de perder algum familiar, 66,9, de infectar outras pessoas e 61,3%, de ser infectado pelo SARS-CoV-2 (61,3%).

No que se refere aos impactos econômicos da pandemia durante o período estudado, observou-se que 21,6% dos jovens pararam de trabalhar, 24,2% pararam de estudar, 45,6% tiveram uma diminuição ou perda total de renda pessoal e 48,8% sofreram uma diminuição ou perda total da renda familiar.

Considerações finais

Os canais oficiais podem ser um recurso valioso para o serviço de saúde municipal se comunicar com os jovens sobre a COVID-19, assim como sobre outros problemas de saúde existentes ou emergentes.

A maior parte dos respondentes do questionário e entrevistados concordam com a adoção do distanciamento social, mas relatam obstáculos para a adoção da medida, relacionados a questões socioeconômicas, e problemas emocionais que podem prejudicar a adesão à medida.

Os resultados sugerem que os jovens desejam participar da criação de políticas públicas, o que é uma oportunidade para gestores dialogarem com esse grupo sobre as medidas sanitárias adotadas, como recomendam os princípios da Comunicação de Risco.

Considerações finais do eixo

É fundamental para as ações de prevenção e de controle de doenças realizadas pelos serviços oficiais de saúde que a população esteja consciente sobre a natureza do problema, com uma atitude favorável às medidas sanitárias e pronta para agir. As ações de comunicação em saúde podem colaborar para a conscientização da sociedade, ao estabelecer o diálogo entre os profissionais de saúde e a sociedade.

Conhecer o perfil do público-alvo é um princípio fundamental da comunicação. Quando uma equipe que vai desenvolver ações de comunicação tem informações sobre as características socioeconômicas, culturais, sobre as condições de vida e de trabalho do segmento populacional com quem se quer estabelecer um diálogo, pode definir adequadamente as mensagens, a abordagem, a linguagem e os meios para a divulgação.

Os resultados dos estudos realizados no eixo “Comunicação em saúde” indicam que a maioria dos respondentes das entrevistas qualitativas e do questionário compreendia os benefícios do distanciamento social frente ao risco da transmissão da COVID-19 e do surgimento da forma grave da doença, bem como estavam cientes e preocupados com as consequências socioeconômicas da pandemia. Adicionalmente, os jovens entrevistados afirmaram que gostariam de colaborar para a prevenção e controle da doença, bem como participar das discussões de planejamento das medidas sanitárias. Essa atitude favorável a um planejamento participativo pode ser um elemento valioso para a definição de medidas sanitárias embasadas na realidade dos indivíduos, o que favorece a futura adesão. Adicionalmente,

os participantes dessa discussão com o poder público podem contribuir para a divulgação das recomendações dos serviços de saúde para a prevenção e controle dos problemas de saúde.

Eixo 3 - Avaliação de Tecnologia em Saúde

Pesquisadoras responsáveis:

Fotini Santos Toscas e Cintia de Freitas Oliveira

Introdução

Levando em consideração o contexto municipal de Franco da Rocha, tendo como meta do plano municipal o desenvolvimento de estratégias para ampliar a participação social, o cenário pandêmico com debate sobre a seleção do arsenal de tecnologias que devem ou não ser usadas e incorporadas, e também o momento atual da discussão sobre a participação social em ATS, que indica um consenso geral sobre a necessidade de expansão do uso de métodos de ATS centrados no público, o trabalho foi desenvolvido em duas etapas. Na primeira, realizou-se um diagnóstico da participação social em ATS em Franco da Rocha, após essa primeira etapa, os esforços foram voltados ao levantamento das evidências globais sobre as estratégias de participação social.

TCC 1

Participação Social Em ATS: O Caso de Franco da Rocha

Jose Hamilton de Jesus Santos Junior, Fotini Santos Toscas, Cintia de
Freitas Oliveira

Objetivo

Verificar se as estratégias governamentais para ampliar a participação social têm alcançado os profissionais de saúde/gestores/usuários do município nos processos de avaliação e incorporação de tecnologias no SUS. Entender o nível de envolvimento e engajamento social nos processos de ATS da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC).

Métodos

Foi utilizado um questionário estruturado online com cidadãos e/ou trabalhadores de Franco da Rocha. Utilizou-se formulário em plataforma online (Microsoft Forms), com 43 questões fechadas e abertas, todas as variáveis possuem mensuração qualitativa.

O questionário se dividiu, basicamente, em 5 partes: (1) elegibilidade – busca identificar se o participante se encaixa nos critérios de inclusão da pesquisa –, (2) identificação – que busca obter características do respondente –, (3) perguntas sobre participação social – que após uma breve explicação divide os respondentes em conhecedores e não conhecedores sobre participação social –, (4) perguntas sobre ATS – que também após breve explicação divide entre conhecedores e não conhecedores –, e (5) uma seção sobre pandemia. A amostra foi selecionada

de maneira não probabilística e por conveniência, não houve cálculo amostral, tampouco buscou-se qualquer tipo de cálculo de tamanho de efeito. A amostra foi selecionada através do encaminhamento de convite para responder a pesquisa para associações de pacientes e em redes de contato da gestão de saúde do município.

Com relação aos critérios de inclusão, para se enquadrar como um participante da pesquisa era preciso se encaixar em pelo menos um dos seguintes critérios: (1) ser morador de Franco da Rocha; (2) ser profissional da saúde que trabalha em Franco da Rocha; (3) se identificar como usuário do SUS cujo cuidado fosse realizado majoritariamente em Franco da Rocha; ou (4) ser cuidador de uma paciente atendido pelo SUS majoritariamente em Franco da Rocha.

Resultados e Discussão

Foram obtidas 37 respostas válidas. Os respondentes tinham idades entre 21 e 61 anos (média = 40,6), a maioria era do gênero feminino (F = 31; M = 6), se identificavam com a raça/cor branca (Branco = 22; Pardos = 12; Pretos = 3) residiam em Franco da Rocha (n = 27). Quanto ao perfil, 31 respondentes se declararam profissionais da saúde, 34 se identificaram como usuários do SUS e oito se identificaram como cuidadores de pacientes atendidos pelo SUS. Em relação à profissão: 31 respondentes se declararam profissionais da saúde das mais diversas profissões, sendo 83,9% trabalhadores de Franco da Rocha. No que se refere ao uso do Sistema: 34 se identificaram como usuários do SUS, sendo 28 (82,3%) majoritariamente atendidos em Franco da Rocha, e oito se identificaram como cuidadores de pacientes atendidos pelo SUS, sendo sete (87,5%) desses, pacientes

cuidados majoritariamente em Franco da Rocha. Em relação ao nível autorrelatado de conhecimento acerca de participação social e ATS, temos os seguintes dados: em relação à participação social a maioria (62,1%) foram considerados conhecedores – com respostas que conheciam bem (37,8%) e que conheciam parcialmente (24,3%). Contudo, quando estratificamos esse dado para profissionais e não profissionais, vimos que o nível de conhecimento cai muito entre os não profissionais (17%) e exclusivamente com a resposta de que conhecem parcialmente. No que se refere aos dados específicos sobre ATS, entre conhecedores e não conhecedores há quase uma unanimidade (89,2%) na crença de que a sua experiência seria útil para ATS. Mas o que chama a atenção é que o interesse em participar, mesmo acreditando que sua experiência seria útil, é bem menor: 44,4% entre os não conhecedores e 30,0% entre os conhecedores. Dentre os motivos para não terem interesse em participar, mesmo sabendo do que o tema se trata e achando que sua experiência seria útil, foram apontados como: não sabia como participar; não tenho certeza se minha opinião será levada em consideração; não me sinto capacitado para relatar minha experiência. Quanto aos facilitadores que poderiam contribuir na participação, os tópicos mais indicados foram: garantia de que os interesses privados não se sobreponham aos interesses públicos; melhorar a comunicação; capacitação e formação. Quanto à pandemia, a grande maioria (73,0%) respondeu o nível máximo de acompanhamento – “Acompanhei bastante as discussões” – enquanto só 5,4% afirmaram não ter acompanhado nada. Os profissionais de saúde, relativamente, acompanharam mais as discussões que os não profissionais. No que se refere a suficiência das medidas tomadas durante a pandemia em relação a ATS, 74,3% responderam que sim, acreditam que as medidas foram suficientes e 25,7% responderam que não. Desses 25,7%,

cada um deu uma resposta exclusiva sobre o que acha que poderia melhorar e a maioria focou em ações que o governo poderia ter, tais como: “antecipação do processo de vacinação”; “menos fake news”; “adesão e ações do governo federal em conformidade com a ciência”; “campanhas mais efetivas e medidas para que a população fizesse sua parte”. A imensa maioria dos respondentes (89,2%) afirma ser útil/importante se eles participassem em um processo de ATS para incorporação de tecnologias para o SUS, mas menos da metade desses têm interesse em fazer isso. Esse fato dialoga diretamente com uma cultura cidadã mal estabelecida e com a falta de confiança da população nas decisões em saúde, sobretudo quando vemos respostas para não participar como: “não tenho certeza se minha opinião será levada em consideração”; “não me sinto estimulado a participar”; e “não tinha interesse”.

Conclusão

Há um crescente interesse por participação social em ATS no Brasil e no mundo. Observamos, em relação aos participantes da pesquisa, que há um bom conhecimento sobre participação social no geral, mas ainda um baixo conhecimento em relação à participação social em ATS, mais baixo ainda é o número de respondentes que já participaram ou mesmo que gostariam de participar, mesmo entendendo a importância da sua contribuição. Esses dados estão relacionados com a falta de algumas iniciativas para capacitação, incentivos e algumas questões relacionadas à comunicação. A desconfiança dos respondentes quanto às decisões em saúde, também foram evidenciadas.

TCC 2

Participação Social em ATS: Um Perfil Rápido de Evidências

Arthur Gobatti Mota, Fotini Santos Toscas e Cintia de Freitas Oliveira

Objetivo

O objetivo do trabalho é identificar os métodos utilizados ao redor do mundo para a promoção da participação social em ATS e também registrar os impactos observados, as barreiras e os facilitadores deste processo.

Métodos

Foi realizado um perfil rápido de evidências que utilizou buscas sistemáticas em várias bases de dados por revisões sistemáticas relevantes. Essas revisões deveriam descrever intervenções para engajar o público na tomada de decisões em ATS em qualquer fase e também incluir impactos, barreiras, facilitadores ou recursos utilizados no processo. A pergunta de pesquisa foi construída com base no acrônimo PICOT (população, intervenção, comparador, desfecho (*outcome*) e tipo de estudo). A pergunta de pesquisa definida foi: Quais estratégias podem favorecer a participação social nos processos de avaliação de tecnologias em saúde?

Todos os parâmetros foram definidos previamente ao início das buscas e registrados em um protocolo publicado na plataforma Zenodo, no dia 09 de novembro de 2021 (<https://doi.org/10.5281/zenodo.5659989>). Inicialmente, a estratégia foi construída para a base de dados PubMed e posteriormente adaptada às demais. Foram utilizados vocabulários controlados e termos livres. Além da PubMed, as bases e plataformas de

busca consultadas foram Embase, BVS, Health Systems Evidence, Cochrane, Epistemonikos, HTA Database, Health Evidence e Google Acadêmico. As buscas foram conduzidas até novembro de 2021. Adicionalmente, por meio de consulta a uma especialista na temática deste estudo, foi localizado uma revisão advinda da literatura cinzenta.

Resultados e discussão

As buscas retornaram 2127 artigos. Após remoção das duplicatas (444) e análise de título e resumo, 22 artigos foram selecionados para leitura na íntegra. Depois da leitura, 4 foram incluídos nesta revisão. Um artigo da literatura cinzenta também foi incluído, totalizando cinco estudos. As revisões sistemáticas incluídas são provenientes de cinco países: Brasil (n=1), Bélgica (n=1), França (n=1), Canadá (n=1) e Reino Unido (n=1). Em relação aos estudos primários incluídos nas revisões sistemáticas, a grande maioria foi desenvolvida em países de alta renda, sendo que apenas 10 dos 373 estudos foram conduzidos em países de média e baixa renda. Esses artigos exploraram a participação em diversos contextos de ATS e fases do ciclo de vida tecnológico. Quanto ao nível do sistema onde os processos de ATS aconteceram, observa-se uma maior concentração no nível federal (107 estudos 69,5%), e menor no nível local, o que inclui intervenções realizadas no âmbito municipal, com 13 registros (8,4%).

Os resultados incluem uma ampla gama de métodos usados para engajar o público. No entanto, mesmo com o consenso sobre os benefícios do uso de algum tipo de participação social, os estudos encontram dificuldades com mensurações de impactos do engajamento no médio e longo prazo, bem como com mensurações de eficácia. Há também uma lista de barreiras e

facilitadores encontrados para o envolvimento. A grande maioria dos estudos foi realizada em países de alta renda, principalmente na Europa e na América do Norte. Este estudo também apresenta os recursos utilizados no processo de engajamento, lacunas de conhecimento na área e considerações sobre equidade e sobre o processo de implementação.

Conclusão

Barreiras como recursos financeiros, contratações, investimento de tempo e uma cultura organizacional aberta aos pacientes, suas vivências, opiniões e experiências mostram-se importantes. Não basta a presença de qualquer público em qualquer atividade para que se efetivem os benefícios da participação social em ATS. Há lacunas com questões metodológicas e guias de boas práticas que apoiem e orientem os gestores em suas ações. Persistem as necessidades de capacitação e ampliação do conhecimento científico para o estabelecimento de opções para o engajamento comparáveis em sua eficácia, em seus objetivos, no tipo de público potencialmente envolvido, entre outras questões pertinentes.

Considerações finais do Eixo

Envolver o público em diversas etapas e de forma ampla parece ser uma diretriz que fortalece a qualidade das avaliações de tecnologia e o posterior sucesso desta tecnologia quando incorporada. Em Franco da Rocha, os dados coletados na primeira etapa desta pesquisa, apontam uma sensibilização sobre a temática no município, apesar de haver lacunas para uma participação ainda mais ampla e efetiva.

A literatura aponta que esta é também uma realidade em outros lugares do Brasil e do mundo, sendo importante que se desenvolvam estratégias efetivas de participação. Os trabalhos também mostram que o engajamento, bem como os estudos sobre ele, costuma acontecer majoritariamente no contexto nacional, ainda que existam indicações da importância do desenvolvimento de estratégias para a participação no contexto local.

Eixo 4 - Indicadores de Saúde

Pesquisadora Responsável:
Nayara Begalli Scalco Vieira

Introdução

Estudos que avaliem o impacto da COVID-19 na mortalidade da população adulta permite que sejam estimados tanto o efeito direto (óbitos por COVID-19) quanto o efeito indireto (óbitos por outras causas) (MEDINA et al., 2021). Analisar a mortalidade da população adulta faz-se necessário pela falta de estudos que tenham como objeto populações distintas daquelas identificadas como grupo de risco. O critério de raça/cor foi escolhido como marcador neste estudo por se apresentar enquanto condição vulnerabilizadora à exposição da COVID-19. Desta forma, compreender as causas da morte de uma população, bem como o impacto da pandemia no excesso da mortalidade e os grupos étnicos populacionais que são mais afetados é uma forma de entender a situação de saúde, visando auxiliar a tomada de decisão da gestão diante das políticas públicas e ações de saúde voltadas à população mais vulnerável (ORELLANA et al., 2021).

TCC 1

Impacto da COVID-19 na mortalidade da população adulta do município de Franco da Rocha (SP)

Maiara Pereira Leite, Nayara Begalli Scalco Vieira

Objetivo

Analisar o efeito da pandemia de COVID-19 na mortalidade da população adulta (20 a 59 anos) por raça/cor, em Franco da Rocha, no período de janeiro 2019 a junho 2021.

Métodos

Estudo epidemiológico descritivo, que consiste em compreender a distribuição dos óbitos ao longo do tempo e as suas principais causas. Para o desenvolvimento deste estudo foi utilizado a série histórica, que segundo Arruda et al., (2021) auxilia na organização de dados quantitativos por tempo. Possibilitando, assim, definir relações causais entre duas ou mais séries. A construção da série histórica foi a partir de dados mensais, o que possibilitou uma análise comparativa dos óbitos antes e durante a pandemia de COVID-19. As informações referentes aos óbitos têm como fonte o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), que para este estudo foi disponibilizado pelo município de Franco da Rocha em 13 de setembro de 2021.

O Instituto de Saúde da Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo presta assessoria desde 2014 ao município de Franco da Rocha. Essa parceria tem

como objetivo auxiliar o município para formulação, implementação e avaliação das políticas de saúde, subsidiando os gestores no processo de tomada de decisão. O Programa de Especialização em Saúde Coletiva auxilia nesse objetivo, visando a resolução de problemas de saúde prioritários e o aperfeiçoamento da Rede de Atenção à Saúde, esse trabalho é um dos frutos dessa parceria.

Resultados e Discussão

Foram analisados 798 óbitos da população adulta 30,73% do total de óbitos registrados no município. Notou-se que houve excesso de mortalidade em 4 meses no ano de 2020 e em 4 meses dos 6 meses analisados em 2021 quando comparados a 2019. A população branca apresenta uma redução nas suas taxas de mortalidade no período enquanto a população preta apresentou as taxas de mortalidade mais elevadas em todo período. Os dados demonstram que a diferença entre as taxas de mortalidade da população preta e parda em relação a população branca se amplia nos anos de 2020 e 2021. Dentre as principais causas de óbito, os capítulos XX. Causas externas de morbidade e mortalidade e XXII. Códigos para propósitos especiais foram comuns aos três grupos populacionais. Ao todo a população branca apresentou excesso de mortalidade em 5 capítulos, a população preta em 8 e a população parda 10. Os resultados apresentados não permitem identificar, analisando os dados de óbitos excluindo a COVID-19 para a população adulta, excesso de mortalidade em 2020 comparando a 2019 e em janeiro a junho de 2021 quando comparado a ao mesmo período de 2019. Contudo a análise dos dados mensais, apontam variações com excesso de mortalidade em 4 - abril, maio, agosto, setembro - dos 12 meses de 2020 e em 4 - janeiro, fevereiro, abril e maio - dos 6 meses de

2021. Importante destacar que esse cenário pandêmico e de acesso aos serviços de saúde não é igual para todos. A pandemia da COVID-19 expôs as desigualdades sociais já presentes na realidade brasileira. BATISTA et al. (2004) destacam que há diferenças sociais, segundo raça/cor, que contribuem para uma maior vulnerabilidade e adoecimento. Neste estudo demonstra-se além destas diferenças, distintos resultados quanto a mortalidade das populações brancas, pardas e pretas no município. Enquanto a taxa de mortalidade, para 10 mil habitantes, dos óbitos totais da população branca reduz em 2020 (26,86) quando comparado a 2019 (28,55), para a população parda e preta esta taxa amplia de 32,00 para 36,74 e de 40,48 para 46,71, respectivamente. Com as maiores taxas de mortalidade em todo o período analisado, a população preta, em 2020 (46,71) apresentou taxas 1,7 vezes maior que a da população branca (26,86) e 1,2 vezes maior do que a população parda (36,74). No primeiro semestre de 2021, a taxa de mortalidade da população preta (32,10) foi 1,5 vezes maior do que a população branca (20,93) e 1,2 vezes maior do que a taxa registrada para população parda (24,99). Para a população parda em 2020, a taxa de mortalidade registrada (36,74) foi 1,3 vezes maior do que para população branca e no primeiro semestre de 2021 (24,99) foi 1,2 vezes maior que da população branca. No ano de 2019 a diferença entre a taxa de mortalidade da população preta e branca era de 1,4; da preta para a parda de 1,2 e da parda para a branca de 1,1. Assim os dados do estudo indicam uma ampliação na desigualdade da mortalidade da população preta e parda em relação a população branca nos anos de 2020 e de 2021. Apesar de ser um país com 54,09% de população negra (IBGE, 2020) o Brasil ainda vive um abismo racial quando se trata do acesso à saúde. Como observado ao longo da pesquisa, mesmo com a pandemia de COVID-19,

houve uma redução na taxa de mortalidade da população branca no município de Franco da Rocha, ao contrário das populações pretas e pardas na qual as taxas de mortalidade apresentaram ampliação.

Conclusão e Considerações finais do eixo

Os resultados do trabalho demonstraram uma redução na taxa de mortalidade da população branca, ao passo que amplia nas populações parda e preta, indo de encontro com estudos que debatem as desigualdades e racismo institucional presentes na sociedade que afetam o acesso a saúde. Os resultados apontam para a necessidade de busca de equidade na atenção, com acompanhamento frequente por parte dos serviços de atenção à saúde das condicionantes do processo saúde/doença. Estratégias que visem a superação dessas desigualdades são essenciais para promoção da equidade e da integralidade das ações no município de Franco da Rocha.

Eixo 5 - Saúde do Idoso

Pesquisadora responsável:
Tereza Etsuko da Costa Rosa

Introdução

A pandemia de COVID-19 no Brasil se consolida como um fenômeno cada vez mais complexo à medida que seu curso avança. Nesse sentido, um dos segmentos populacionais mais afetados desde o início dos casos de infecção pelo novo coronavírus são os idosos. Assim, apresenta-se no horizonte de desafios da sociedade brasileira as mudanças demográficas alavancadas pelo aumento da longevidade populacional.

Esse envelhecimento populacional acontece de forma heterogênea e apresenta diversas nuances que estão relacionadas aos determinantes sociais de saúde, que impactam diretamente nos dados de mortalidade nessa faixa etária, sobretudo no período pandêmico, com todas suas particularidades. Segundo o Painel de análise do excesso de mortalidade por causas naturais no Brasil 2020-2021, disponibilizado no site do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, na atualização de 23/08/2021, em 2021, o excesso de mortalidade no país atinge a marca de 60%, sendo 698.282 o número de óbitos esperados e 416.587 o número de óbitos excessivos, já o cenário de pessoas com mais de 60 anos de idade atinge a casa dos 46%, com 245.191 óbitos em excesso, enquanto o total de óbitos esperado para o mesmo período era de 528.173. (CONASS, 2021). como

descrito anteriormente, estatisticamente os números são alarmantes, no entanto acabam por homogeneizar um quadro que não é de fato igual a todos os perfis, e nesse sentido é preciso observar e compreender as alterações da pandemia no perfil do excesso de mortalidade no país.

Este trabalho se justifica na necessidade de revisar as ideias de que o aumento da expectativa de vida é uma conquista igualitária e homogênea da qual todos tem acesso. O princípio da universalidade no SUS e das questões de equidade em saúde são fundamentais uma vez que as desigualdades sociais e sanitárias têm impacto direto na qualidade de vida e consequentemente na mortalidade e na longevidade dos cidadãos. Nesse sentido, investigar as desigualdades que compõe o excesso dos óbitos na população idosa do município é uma possibilidade de análise da concepção de saúde e de cuidado experienciados pelos idosos munícipes.

TCC 1

Excesso de mortalidade em idosos de Franco da Rocha – SP e a pandemia de COVID-19: uma análise das iniquidades em saúde

Leonardo Toyoda dos Anjos, Tereza Etsuko da Costa Rosa

Objetivos

Analisar o impacto direto e indireto da pandemia de COVID-19 no excesso de mortalidade em idosos residentes em Franco da Rocha – SP, analisando a mortalidade em idosos nos anos de 2020 e 2021, em comparação a 2019.

Métodos

O modelo de estudo epidemiológico descritivo foi considerado o mais apropriado para investigar a temática em questão tendo em vista que esse método de pesquisa “têm por objetivo determinar a distribuição de doenças ou condições relacionadas à saúde, segundo o tempo, o lugar e/ou as características dos indivíduos” (LIMA-COSTA; BARRETO, 2003, p. 191). Ainda segundo as autoras, a epidemiologia descritiva permite fazer uso de dados tanto primários quanto secundários. Para este estudo foram coletados dados secundários disponíveis no Sistema de Informação em Mortalidade (SIM-SUS), ferramenta desenvolvida em 1975 e informatizada em 1979, posteriormente incorporada pelo SUS, agregando os 40 modelos de notificação de mortalidade no país até então, aumentando a cobertura dos óbitos e suas especificidades epidemiológicas (MINISTÉRIO DA SAÚDE,

2021), considerando ainda que, historicamente, o uso de dados secundários tem sido uma importante ferramenta para acompanhamento da qualidade da assistência hospitalar da população idosa. (LIMA-COSTA; BARRETO, 2003, p.192)

Foram levantados os dados de mortalidade da população maior de 60 anos de idade no município de Franco da Rocha – SP entre janeiro de 2019 e julho de 2021, a fim de comparar os óbitos ocorridos em um contexto sem nenhum evento expressivamente atípico (2019) e os ocorridos dentro do cenário pandêmico (2020 e 2021). Considerando também as variáveis que indicariam iniquidades em saúde como: causa do óbito, local de ocorrência do óbito e raça/cor. No que diz respeito à causa da morte, o número dos óbitos em decorrência de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS/SRAG) foi desagregado mensalmente tendo como base de comparação o ano de 2019.

Resultados e Discussão

Tendo em vista a proporção atingida pela pandemia, tanto em nível sanitário, como também em nível socioeconômico e cultural, a análise dos impactos causados ou agravados pela pandemia de COVID-19 se tornou um grande desafio. É importante considerar junto aos dados apresentados, o curso da pandemia no país, para que se possa ter uma visão ampliada dos acontecimentos situando-os em uma dimensão concreta da realidade vivida pelos cidadãos do país e conseqüentemente do município. Enquanto a pandemia exerceu seu potencial de transmissão durante o ano de 2020, causando também centenas de milhares de óbitos pelo país, em 2021 seu potencial de letalidade se intensificou entre os meses de março a junho,

onde diariamente eram somados mais de dois mil óbitos ao redor do país, atingindo o pico em 08 de abril de 2021 com 4.249 óbitos notificados pelas Secretarias de Saúde. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Entre os óbitos de idosos, percebeu-se que em nove dos doze meses do ano de 2020 e nos primeiros seis meses de 2021 houve excesso de mortalidade em relação ao mesmo período em 2019. Mesmo considerando a existência das vulnerabilidades na população idosa em vários eixos, é visível o agravo que a pandemia causou no que diz respeito à mortalidade dessa população ao comparar o ano de 2019 com 2020 e o primeiro semestre de 2021. Os resultados mostraram a existência de um excesso de mortalidade de 18,6% em 2020 e 51,12% no primeiro semestre de 2021, denunciando os desafios de ações e recursos que viabilizassem e garantissem a proteção da população idosa, que desde o início da pandemia aparece como grupo de risco frente aos sintomas provocados pela COVID-19.

A única medida interventiva que se mostrou eficaz e capaz de reduzir o número de óbitos de idosos no período da pandemia, ainda que permeada por um cenário nacional instável, foi a vacinação. Com início da vacinação em 17 de janeiro de 2021 no estado de São Paulo, os grupos de maior vulnerabilidade foram priorizados, assim, divididos por faixas etárias, os idosos começaram a se imunizar contra a COVID-19.

A respeito do cenário pandêmico de forma geral, Freitas et al (2020, p.4) ainda apontam que: “apesar do elevado número de casos e óbitos confirmados no Brasil até o momento, e dos esforços para diagnosticar os casos suspeitos, acredita-se que a testagem esteja aquém da necessidade.

” Isso significa dizer que existe uma possível subestimação dos casos e conseqüentemente da magnitude atingida pela pandemia no Brasil e no mundo, resultante sobretudo, do amplo espectro clínico da doença alinhado à escassez de recursos laboratoriais e sobrecarga dos profissionais e redes de saúde. Nos dados apresentados, essa possível subnotificação de casos ocorridos também em Franco da Rocha se traduz no excesso de mortalidade não tão evidente, mas não insignificante, quando se exclui os óbitos por COVID-19.

Portanto, a análise das outras causas básicas de óbito foi parte fundamental deste trabalho, uma vez que se pode observar para além da subnotificação dos dados relativos aos óbitos por COVID-19. Os agravamentos na saúde da população idosa e o excesso de mortalidade por outras causas básicas denunciarão as condições de vida e de óbito dentro dessa faixa etária, comparando a predominância das causas básicas de óbito vivenciadas antes da pandemia com sua situação nos anos seguintes.

A partir dos resultados apresentados, observa-se que as causas básicas que mais apresentaram aumento no período analisado foram as de óbitos causados por Diabetes Mellitus, Neoplasias (tumores) malignas(os) do aparelho respiratório e dos intratorácicos. Além disso, houve o aparecimento de óbitos por desnutrição e por obesidade e outras formas de hiperalimentação no ano de 2021, o que não havia ocorrido nos dois primeiros anos. Supõe-se que esse crescimento nos óbitos além dos esperados seja o excesso de mortalidade no município, impactado pela pandemia, mas não pelo vírus Sars-CoV-2.

O excesso de mortalidade calculado por meio das taxas de cada segmento de forma proporcional à sua população, aponta que entre pardos o excesso de mortalidade foi aproximadamente 6 vezes maior que a de brancos, já entre os pretos, o índice de excesso de mortalidade é de 8 vezes maior que a de brancos. No entanto, é visível no ano de 2021 um aumento abrupto de óbitos na população branca por doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, sendo pela primeira vez o segmento de raça/cor com a maior prevalência nesse tipo de óbito dentro do período analisado. Isso indica um real agravamento no contexto socioeconômico, que começa a atingir inclusive as populações menos vulneráveis historicamente. (UFGRS).

Considerações finais do Eixo

Conclui-se que o município apresentou um excesso de mortalidade de 18,6% em 2020 e 51,12% no primeiro semestre de 2021 em comparação com o mesmo período de 2019, o excesso se dá tanto pelo número de óbitos por COVID-19 como por outras causas básicas, ainda que com expressões diferentes.

Por fim, a análise das causas básicas denuncia um desafio do município em lidar com doenças crônicas presentes na população idosa, de forma que problemáticas de saúde historicamente preponderantes em idosos pretos e pardos, como doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas atingiram fortemente também a população branca, como verificado anteriormente.

Eixo 6 - Saúde da Mulher

Pesquisadora Responsável:
Sílvia Helena Bastos de Paula

Introdução

Os direitos sexuais e reprodutivos, embora reconhecidos e amplamente discutidos com mais incidência recentemente, se incluem na garantia dos direitos humanos. Pautar a saúde sexual e reprodutiva como direito humano, significa que os indivíduos, como seres humanos e sujeitos de direitos e desejos devem ter assegurados uma vida sexual prazerosa e segura, com suporte de informações e métodos para decidirem se querem ou não ter filhos e se sim, quando e quantos querem ter - além de serem fornecidos meios para poderem se prevenir contra IST/AIDS. Tudo isso com políticas de acesso a conhecimento e métodos contraceptivos e de proteção à maternidade e puerpério.

Com vistas a assessoria do IS ao município de Franco da Rocha em 2021 o Eixo de Saúde Sexual e Reprodutiva depois de discutir com a gestão, que estava conduzindo a Saúde naquele momento, optou por definir os temas de estudos voltados para a sífilis na gestação e sífilis congênita, considerando indicadores e argumentos percebidos pela gestão quanto a reinfecção de grávidas tratadas e sobre o acesso à maternidade em tempos de pandemia e o número de partos cesáreos que no entender dos gestores os estudos poderiam apoiar intervenções.

O tema da sífilis congênita aparece como relevante na medida em que - no município de Franco da Rocha, de acordo com dados expostos e analisados no plano para o quadriênio 2018- 2021, colhidos do banco de dados do SINAN, nos anos de 2015 e 2016 – averiguou-se a prevalência de notificações de alguns agravos, sendo que deles se destacou a sífilis. Além da sífilis aparecer como um problema de saúde pública no País e no Estado, ela também é um agravante para a saúde no município de Franco da Rocha. Houve, neste período, um aumento de notificações da infecção, incluindo de sífilis em gestantes.

O plano de parto é um instrumento que é previsto pela Lei nº 17.431, de 14 de outubro de 2021, surge como uma forma de assegurar as necessidades e desejos das mulheres no decorrer do trabalho de parto, parto e pós-parto. Esse tipo de documento é altamente recomendado pela OMS (2018), assegurando que as parturientes recebam informações durante o trabalho de parto e participem ativamente dos processos de tomada de decisão. O Município de Franco da Rocha em seu “Plano Municipal de Saúde do Quadriênio 2018-2021”, a Secretaria de Saúde do município, dentro do eixo de atenção básica, pretende como ação prioritária fortalecer as práticas de orientação e esclarecimento das gestantes acerca do parto normal, visando assim aumentar a proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar. Ainda, dentro de sua linha de cuidado para saúde reprodutiva, prevê o uso plano de parto como fonte de informação alinhada com o enfrentamento da violência obstétrica e garantia de direitos para residentes no município.

TCC 1

Entre incêndios e prevenção: Sífilis Congênita no Território de Franco da Rocha

Lilian Martins Rocha, Silvia Helena Bastos de Paula

Objetivos

O objetivo geral do trabalho buscou contribuir com a produção de conhecimento e dar base científica para ações que visem a diminuição da sífilis congênita no território de Franco da Rocha. Já nos específicos, se buscou evidências científicas, que apoiassem ações para a redução diminuição da sífilis congênita no território de Franco da Rocha (boas práticas), assim como conhecer a percepção dos profissionais da atenção básica sobre a sífilis congênita e os desafios que enfrentam, e, por fim, apontar sugestões de estratégias para superação dos principais desafios para a redução da sífilis congênita.

Métodos

Trata-se de um estudo qualitativo, que aconteceu em duas etapas, sendo a primeira uma breve revisão bibliográfica, nos bancos de dados de busca acadêmica, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nos *sites* do Ministério da Saúde, dentre outros, e a outra de coleta de dados, por meio de núcleos de significação. E a segunda, entrevistas com trabalhadores e gestores da saúde do território. Elas foram realizadas pelas especializadas, do Eixo de

Saúde Sexual e Reprodutiva da mulher, com formação, respectivamente, em Psicologia e Obstetrícia e pela orientadora do eixo.

Quanto às entrevistas, elas foram feitas remotamente, pelas plataformas Google Meet e WhatsApp. Ao todo, 15 profissionais participaram, dentre Agentes Comunitários de Saúde (ACS), enfermeiros, conselheiro, psicóloga, representante da saúde do trabalhador, gestores e apoiadores da Atenção Básica. Para a coleta de dados foram aplicados roteiros com questões comuns a todos os entrevistados e questões específicas para cada área de atuação, além do termo de consentimento livre e esclarecido. Os dados foram anonimizados, para garantir a privacidade do profissional.

Resultados e Discussão

Os resultados estão organizados em categorias, tais surgiram a partir da organização das respostas dos entrevistados às perguntas que compõem o roteiro de entrevista. Cada agrupamento profissional teve um roteiro de entrevista personalizado, mas com questões comuns a todos os grupos. As perguntas possibilitaram a leitura da realidade do município de Franco da Rocha em relação à Sífilis, através das vivências dos profissionais de saúde, tanto da ponta do serviço, quanto da gestão.

As narrativas dos profissionais foram organizadas em categorias como: percepção dos profissionais sobre o problema da sífilis; sífilis gestacional e o acompanhamento e tratamento para parceiros; reação ao problema da sífilis; organização da rede para o enfrentamento da sífilis congênita e barreiras e fortalezas para a Implementação do cuidado da sífilis.

A sífilis é narrada como uma problemática a ser superada, com muitos casos, que têm aumentado no território, com recorrências da infecção e pouca adesão ao tratamento, tanto por parte de algumas gestantes como por parte de seus parceiros.

“A sífilis congênita parece uma epidemia, eu falo que tem a epidemia da COVID-19 e a da sífilis também” (Apoiadora da A.B 1).

A sífilis é uma infecção curável com diagnóstico e tratamentos bem delimitados, com intervenções de baixo custo e simples, assim como com o fortalecimento da atenção primária, estados e nações podem obter êxito em reduzir a transmissão vertical da sífilis. Ações voltadas para gestantes, como um bom pré-natal, feito corretamente, com testes de detecção disponíveis, uma boa anamnese, acolhimento, escuta qualificada dos profissionais da ponta e o uso correto da penicilina, são de grande valia para a diminuição das taxas de sífilis congênita.

A categoria analítica, Sífilis Gestacional desdobra-se em acompanhamento e tratamento para parceiros (A relação entre parceria e a reinfecção), condensa narrativas dos profissionais de Franco da Rocha que contribuem para pensar aspectos importantes sobre a sífilis congênita. Nas falas da maior parte dos entrevistados a dificuldade em diagnosticar e tratar a parceria é um problema reiteradamente abordado. Questões como a dificuldade em trazer o homem para o serviço, assim como gestantes com muitos parceiros, são temas recorrentes nas falas dos entrevistados, como as apresentadas nas falas abaixo.

“Aqui na minha unidade tem muita sífilis. Tem muita. Muita. Só que o grande problema é que alguns parceiros não querem tratamento, então eu tenho grande problema nos parceiros, de captá-los” (Enfermeira 2).

O tratamento do parceiro apareceu como um dos maiores entraves para a erradicação da sífilis gestacional e, por consequência, congênita. O machismo atravessa a saúde do homem, minando seu autocuidado, mas também se transpõe para o cuidado com o conceito, principalmente nos casos em que há sífilis. É um grande problema para a questão da sífilis congênita, a gestante faz o tratamento da sífilis, mas a sua parceria não, a chance de reinfeção é alta. É importante que a saúde desenvolva meios de buscar esses homens/parceiros, de trazê-los para o serviço, seja através dos líderes sindicais/no trabalho, seja por grupos com homens, para discutir saúde e cuidado.

Na categoria sobre as reações ao problema da sífilis, tanto os trabalhadores quanto os gestores de saúde trazem aspectos sobre como eles, mas também como a população e os usuários reagem à sífilis. Nas falas também é possível acompanhar, desde o trabalho na ponta, como quando a gestante é diagnosticada com sífilis, até as medidas e ações da gestão referente a protocolos clínicos, tratamento e notificações.

“Normalmente, no diagnóstico da sífilis, a gente já consegue na primeira consulta de pré-natal, é aberto o sistema e já faz o teste rápido de sífilis. Dando positivo, já coleta o VDRL no mesmo dia, e vendo a contagem, já inicia o tratamento. Aí é feito mensalmente o VDRL por controle” (Enfermeira 3)

A categoria Organização da Rede Para Enfrentamento da Sífilis Congênita, apresenta uma série de medidas, ações e políticas, da ordem coletiva e/ou individual, dos serviços e dos profissionais para viabilizar o cuidado das gestantes, incluindo as diagnosticadas com sífilis.

“A primeira coisa é prevenção, né!? É trabalhar a questão do sexo protegido” (ACS 2).

“A questão da orientação médica é uma das mais importantes; que eles possam participar mais aprofundamento nas orientações a esse paciente. Outra é a busca ativa para falar com o homem, abrir espaço para esses dias em que eles podem ir fazer o teste, o tratamento, ter orientação” (ACS 3).

“A unidade básica - pelo menos, do meu ponto de vista - consegue ser bem resolutiva nesse ponto [em relação ao tratamento e acompanhamento da sífilis]” (Enfermeira 1).

O cuidado durante a gestação, o acompanhamento da gestante com o exame positivo, assim como a captação das parcerias, são iniciativas fundamentais para o não desenvolvimento da sífilis congênita. Aliado a isso o pré-natal do homem tem muito a contribuir, podendo trazer aos serviços diretrizes de ação.

As barreiras e fortalezas se apresentam como dimensões de análise, que foram organizadas a partir das entrevistas com os trabalhadores da saúde do município de Franco da Rocha. São dois pontos que permitem que se apreenda os pontos centrais, positivos e negativos, identificados a partir da fala dos profissionais, para ilustrar as categorias e subcategorias emergentes, que estão organizadas em quadros.

A conscientização, a prevenção e o tratamento de pessoas com sífilis e demais IST proporcionam uma melhor qualidade de vida, além de romper com o ciclo de transmissões. O SUS, como sistema único e universal, com diretrizes que prezam a integralidade do ser humano e do serviço, tem a responsabilidade de se ater e combater toda e qualquer questão que impacte a saúde e a vida de seus usuários. O Ministério da Saúde possui inúmeras publicações, cartilhas e manuais, tanto para população geral, quanto para usuários e gestores com informações importantes para se formular ações e estratégias sobre a sífilis, incluindo a congênita. A mais recente foi uma campanha lançada pelo Ministério da Saúde, como forma de lidar com a sífilis, que apresentou números alarmantes, mobilizando a saúde coletiva, em plena pandemia, por COVID-19, a lançar a Campanha Nacional de Combate à Sífilis. Tal se propõe a aumentar a distribuição de insumos materiais, para a prevenção, diagnóstico e tratamento da sífilis, além de distribuir materiais informativos, como cartilhas (para população geral e para trabalhadores da saúde), folders e a estruturação de ações e planos estruturais para lidar com a questão.

Conclusão

O trabalho possibilitou que se discutisse as barreiras e as fortalezas impostas à realização de um pré-natal mais qualificado e efetivo, e, por consequência, a um bom acompanhamento (diagnóstico e tratamento) da sífilis gestacional com articulações setoriais e intersetoriais que estimulem os parceiros. Tais versaram sobre como o desempenho profissional (alta rotatividade das equipes e adequação de diretrizes e protocolos clínicos), questões sociais, como o machismo, as desigualdades estruturantes, como o acesso aos serviços, educação sexual e permanente, atravessam a questão

da sífilis congênita e apontam nortes de atuação. Assim, aponta-se como estratégias relevantes ações individuais e coletivas nos atendimentos em saúde com uso, na prática, das recomendações da linha de cuidado de saúde sexual e reprodutiva, que seria viabilizada por um conjunto de ações direcionadas a atualização das equipes e capacitação dos seus novos membros por um programa consistente de educação permanente.

O Caderno de Atenção à Saúde Reprodutiva, Pré-Natal, Parto e Puerpério (2018), traz de maneira clara e bem estruturada formas de promover um pré-natal de qualidade, se apresentando como uma boa ferramenta de instrumentalização dos profissionais, seja na leitura direta do material ou na fundamentação e organização de propostas de ações de educação em saúde, que possibilitem o aprendizado e a reflexão crítica dos profissionais sobre o próprio trabalho.

Considerando que a prevenção segundo a literatura tem custos financeiros e sociais bem menores que a doença, o tratamento e cura, para além de estratégias voltadas para os processos de trabalho se faz necessário intervenções de caráter estrutural. Medidas estruturais como a fixação de equipes ao território, redução da rotatividade de funcionários e da ordem da atenção básica, do acolhimento, da busca ativa, da construção-desconstrução do profissional e dos serviços, do vínculo com os usuários, assim como o empoderamento das mulheres sobre a própria saúde, a fim de sensibilizar e conscientizar sobre como ser protagonista do próprio cuidado.

Por fim, todos esses são pontos a serem trabalhados pela saúde coletiva no município e talvez no Brasil, pois a sífilis congênita é um problema de

abrangência nacional e o país é signatário da Iniciativa Regional para a Eliminação da Transmissão Materno-Infantil do HIV e Sífilis na América Latina e no Caribe e desde 2017 busca implementar a Agenda de Ações Estratégicas para Redução da Sífilis no Brasil.

TCC 2

Empoderando pessoas grávidas de Franco da Rocha para que suas vozes sejam escutadas (no processo de atualização do Plano de Parto)

Luiza Santana Ferreira, Silvia Helena Bastos de Paula

Objetivos

Captar contribuições para atualização do Plano de Parto a partir da escuta de pessoas gestantes de Franco da Rocha de pessoas grávidas no contexto da pandemia, de forma que sua implementação nos serviços do município favoreça à promoção da autonomia desse grupo e para o enfrentamento da violência obstétrica.

Métodos

Trata-se de um estudo qualitativo, com recorte transversal, baseado na expressão das mulheres residentes de Franco da Rocha, por meio de uma roda de conversa realizada na UBS Parque Vitória e entrevistas de profissionais de saúde da rede de atenção à saúde do município. A amostra de pesquisa foi composta por representantes da gestão municipal, da assistência direta, do conselho de saúde e por usuárias. Foi uma amostra de conveniência pactuada previamente com a gestão municipal, que distribuiu de forma aleatória sua rede de serviços entre os diversos eixos de estudo do curso de especialização. Nesta etapa os dados foram colhidos em duas fases (A e B):

FASE A: Aplicação de roteiro de entrevistas semiestruturadas e individuais com profissionais considerados informantes - chaves para atingir os objetivos da pesquisa, agendadas no mês de setembro de 2021, na modalidade on-line FASE B: Nessa fase foi organizada uma roda de conversa com mulheres gestantes residentes de Franco da Rocha. Esta roda foi pactuada em conjunto com a apoiadora da atenção básica e a UBS Parque Vitória, local onde ela será realizada em novembro de 2021. Os participantes das duas fases do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A partir do cruzamento das transcrições das entrevistas com as anotações realizadas pelas pesquisadoras surgiram elementos simbólicos selecionando assim unidades de significados, de acordo com os objetivos da pesquisa, agrupando-se em temas a fim de organizar a análise do conteúdo (MINAYO, 2010).

Resultados e Discussão

Foram entrevistadas um total de 15 profissionais e gestores de diversos serviços da rede, porém quatro foram excluídos por não se enquadrarem nos objetivos desta pesquisa, para compor o contexto e identificar suas percepções quanto às questões de atenção ao parto e utilização de Plano de Parto, como um aporte para identificar os nós críticos da assistência ao Pré-Natal, Parto e Puerpério, mas que o foco deste estudo foi a escuta de pessoas grávidas com o intuito de adequar o Plano de Parto a partir de suas necessidades de saúde.

Considerando que está prevista a instalação no município de uma maternidade de referência na microrregião de Franco da Rocha para atender até cinco municípios e que em média acontecem 2400 nascimentos por ano no município, e que Plano de Parto (PP) como instrumento de autonomia

para as pessoas gestantes de Franco da Rocha não é utilizado de modo efetivo dentro da Rede de Atenção, mesmo após a tentativa de implementação proposta pelo eixo SSR em 2019. Não foi incomum nos relatos emergir o tema que haveria uma resistência das Maternidade de Referência frente ao Plano de Parto, as enfermeiras são profissionais, que possuem um contato direto com as pessoas no pós-parto, comentam sobre ouvirem mulheres relatam não terem suas vontades descritas no PP respeitadas pelos profissionais da assistência ao parto. A Enfermeira 3 foi a única que usou o termo violência obstétrica para se referir às condutas presentes no hospital.

“Eu falo pelo que eu escuto - não atuo na maternidade, não sei como que é, mas a fala que elas me trazem é o incentivo a fazerem o plano de parto, até o link da modelo para elas poderem se basear, mas as que fizeram o plano de parto, elas relatam que não foi cumprido nem um terço. Tem muita violência obstétrica, que (sobe) em cima da mulher, e a maioria delas me relata isso.” (Enfa. 3).

O medo foi um dos sentimentos mais citados nas falas a respeito das expectativas do parto, com características e sentidos diversos: medo da dor, medo do parto, medo da solidão e medo da amamentação emergiram nas falas. A fala da participante 7 sintetiza o foi dito:

“(...) eu tenho medo de estar sozinha, eu tenho medo de sofrer na mão das pessoas, da amamentação, porque o leite está muito caro” (Entrev 7).

A violência obstétrica sistemática é uma barreira reconhecida e presente na fala dos diferentes grupos das usuárias e das profissionais. As formas de violência obstétrica vivenciadas pelas participantes da roda:

“Quanto mais você grita, você fala que está doendo e não sei o que, eles falam, na hora de fazer não doeu, (então para de gritar) ” (Partic 2) - Cuidado indigno e abuso verbal.

“É porque eu já vi, uma vez eu estava no hospital e tinha uma menina que era branquinha, ela foi atendida melhor do que a outra, eu falei até para a enfermeira, por que que vocês a trataram melhor do que a outra? Ela não respondeu, mas a gente vê que foi um tipo de racismo por causa da desigualdade. (Partic 1)- Discriminação baseada em certos atributos.

“Então o meu primeiro filho, quando eu tive, porque eu tive muito nova, eu tive com 14 anos, então eu sofri bastante, o meu primeiro, eu levei 33 pontos, então se eu tivesse trocado de plantão eu estaria ali” (Participante 4). - Abandono, negligência ou recusa de assistência.

Uma participante afirma sobre a importância de relatar o que está sentindo para a equipe de saúde, *“às vezes você tem que reclamar para poder ter um atendimento ótimo”*. Porém a escuta é um processo de dois lados, alguém estar atento para ouvir esta reclamação, a partir disto construir um atendimento respeitoso.

O grupo educativo para pessoas gestantes identificado em UBS local é uma fortaleza reconhecida em comum tanto no grupo de mulheres como no dos profissionais, fortalecendo o vínculo entre serviço e usuárias e fonte genuína de trocas entre pares.

A partir dos conteúdos das entrevistas e das falas da Roda de Conversa, em conjunto com o referencial teórico e modelos de Plano de Parto presentes na literatura, construiu-se uma atualização do PP como resposta ao município. As contribuições marcantes da participação das mulheres da

Roda de Conversa para modelo de PP escolhido foram pontos que dizem respeito à autonomia, consentimento e escuta ativa dessas pessoas e que sejam respeitadas e tratadas com dignidade no momento do parto, sem insultos de qualquer natureza. Além da inclusão de um espaço onde elas possam expor seus medos, dúvidas ou inseguranças em relação ao trabalho de parto e parto para a equipe de saúde, visto que o medo do nascimento foi um tema recorrente nas falas no decorrer da Roda de Conversa e pontuadas pelas profissionais entrevistadas.

Conclusão

Para tanto, minhas contribuições ao final desse estudo, considerando a escuta de profissionais e de grávidas, são as seguintes estratégias: criação do espaço de escuta de medos e inseguranças dentro da atenção Pré-Natal com apoio psicossocial em grupo ou individuais; seminários sobre a qualificação das equipes de pré-natal com ênfase no PP para ampliar a pauta para com equipe assistencial tendo em vista a implementação do plano de parto; Atualização da equipe para utilização dos protocolos e/ou diretrizes municipais em Saúde Sexual e Reprodutiva, especificamente o Plano de Parto; Reforço das atividades de Educação permanente dos profissionais de toda a rede com foco para prestar um cuidado em saúde baseado em evidências científicas, inclusive para que possa atender a alta rotatividade de trabalhadores no município; Criação de um fórum participativo composto pelos representantes dos serviços básicos e de referência na atenção ao pré-natal, parto e puerpério com vistas a ampliação do diálogo e ao cumprimento dos direitos de SSR.

Considerações finais do Eixo

Embora os dois trabalhos apresentem temas diferentes, eles convergem quanto ao entendimento de um bom pré-natal. O Caderno de Atenção à Saúde Reprodutiva, Pré-Natal, Parto e Puerpério (2018), possibilita que o profissional, tanto da base quanto da gestão, consiga apreender de maneira clara e bem estruturada formas de promover um pré-natal de qualidade. É importante que os profissionais se instrumentalizem e façam, constantemente, ações de educação permanente.

Outra estratégia é a adoção de instrumental e de processos de trabalho interdisciplinares e em rede (como a rede cegonha e outras), que se possa garantir acesso a cuidados matriciais e especializados. Também é preciso que o cuidado em saúde considere a integralidade do ser. Para isso é importante a integração e interação de todos os profissionais da rede, principalmente no acompanhamento do pré-natal. Em suma, todo e qualquer esforço, é preciso apoiar-se em um dos princípios básicos do SUS, a participação social. Aproximando a população para que as estratégias de Saúde Sexual e Reprodutiva sejam efetivas e significativas e tenham reconhecimento nas populações adscritas nos territórios.

Eixo 7 - Saúde mental

Pesquisadora responsável:

Ligia Rivero Pupo

Introdução

A pandemia de COVID-19, nestes últimos dois anos, tem impactado de maneira distinta os diferentes grupos sociais, pois tanto as chances de proteção e exposição do vírus, como as consequências sociais da pandemia, são mediadas pelas condições de vida, acesso a serviços, acesso a bens e a direitos sociais básicos. Sabe-se que o cenário de desigualdade social tem se agravado neste contexto pandêmico, com altos índices de desemprego e o retorno do país ao mapa da fome. Tem aumentado no Brasil o número de pessoas expostas a riscos econômicos e sociais, com menor poder de mobilidade social, com múltiplas adversidades em seu cotidiano que causam danos à sua saúde física e psíquica, necessitando de proteção social, políticas públicas e apoio para a garantia dos seus direitos. Tem aumentando consideravelmente também o número de pessoas em situação de rua nas cidades, que inclusive são mais suscetíveis à infecção pela COVID-19 devido às condições precárias de existência e à clara impossibilidade de isolamento social.

Todas estas situações de vulnerabilidade social fazem parte de um fenômeno multidimensional que não está apenas associado ao contexto de pobreza, mas a um espectro de situações de fragilidade que os indivíduos

vivenciam, onde a falta de acesso à renda, aos serviços básicos e a recursos materiais, contribui para outras carências e dificuldades associadas: precárias condições de saúde e alimentação, condições sanitárias inadequadas, baixa escolarização, desemprego, falta de recursos para moradia, aumento do consumo de álcool e outras drogas, a precarização das relações sociais e de gênero, maior exposição à situações de conflito e violência, maior sofrimento psíquico.

Dentro da complexidade desse contexto, também vivenciado pelo município de Franco da Rocha, o trabalho em redes de atenção e a articulação intersetorial entre os sistemas de saúde e assistência social são imprescindíveis para o cuidado psicossocial dessas populações com maior vulnerabilidade social. Por conseguinte, no ano de 2021 o eixo de saúde mental do Curso de Especialização em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde – SES/SP definiu como tema primordial o conhecimento das estratégias de rede e de articulação intersetorial da RAPS e do SUAS para o cuidado psicossociais desses grupos sociais mais vulneráveis, incluindo a população em situação de rua.

TCC 1

Articulação intersetorial entre a Atenção Psicossocial e o Sistema Único de Assistência Social: o cuidado ofertado à População em Situação de Rua em Franco da Rocha/SP

Isabela Dias Mendonça de Araújo, Ligia Rivero Pupo

Objetivos

Identificar as estratégias de trabalho em rede e de articulação intersetorial entre os serviços da RAPS e do SUAS utilizadas pelo município de Franco da Rocha (FR), para o cuidado psicossocial de pessoas em situação de rua (PSR), durante a pandemia de COVID-19.

Métodos

O trabalho foi fundamentado no estudo de caso, método qualitativo de pesquisa, que permite investigar um fenômeno abrangente influenciado por diversos fatores, pessoas e variáveis, dentro do próprio ambiente em que tal fenômeno acontece, descrevendo e analisando seu contexto, a partir da percepção de vários atores sociais entrevistados, possibilitando a coleta de informações significativas para impulsionar intervenções e possíveis mudanças.

O instrumento utilizado foi a entrevista semi-estruturada, que consiste em uma série de questões abertas formuladas a partir do objetivo do estudo, permitindo que o entrevistado responda sobre o fenômeno pesquisado a partir de sua percepção. Devido à pandemia de COVID-19, as entrevistas

foram realizadas de maneira remota através de videochamadas e tiveram duração de aproximadamente 1h30. Todos os participantes assinaram uma via do termo de consentimento livre e esclarecido.

Foram entrevistados 15 profissionais, compondo três categorias distintas de ambos os sistemas de atenção: profissionais da gestão; da da atenção básica/proteção social básica; e da atenção especializada/média complexidade de ambas as secretarias.

As entrevistas foram transcritas, ordenadas e posteriormente lidas verticalmente e horizontalmente dentro de cada rede, entre as redes RAPS e SUAS, e entre os diferentes níveis de atenção. Os dados coletados nas entrevistas foram sistematizados e subdivididos em três categorias de análise: a) funcionamento e organização dos serviços, b) trabalho em rede e c) cuidado ofertado para PSR no contexto de pandemia de COVID-19. Em cada um desses tópicos buscou-se identificar similaridades, divergências, singularidades, dificuldades e potencialidades dentro de cada sistema de atenção e no relacionamento entre as redes.

Resultados e Discussão

Tanto na RAPS como no SUAS de Franco da Rocha (FR) houve uma lacuna na atenção integral à População em Situação de Rua (PSR), durante a pandemia. Houve uma atuação praticamente nula da atenção básica e proteção social básica no cuidado a esta população, e também dos equipamentos de média complexidade de ambas as redes, que consideraram como única possibilidade de demanda em saúde mental (SM) desta população, o uso abusivo de álcool e outras drogas. Profissionais da rede básica (AB) informaram que a porta de entrada para este grupo tem

sido alguns equipamentos de atenção especializada e a UPA, revelando a inexistência de cuidado para problemas leves e moderados de saúde mental. Isto contribui para que esta população entre no sistema de saúde em situações de urgência-emergência, o que revela um desconhecimento das condições de vida desta população, das demandas em SM, e falta de planejamento deste cuidado no nível intersetorial.

Os únicos equipamentos que atuaram de forma contínua e consistente no cuidado à PSR foram o Centro Pop e a Casa da Passagem. Sobre as ações ofertadas, foi citado a distribuição de refeições (café da manhã e almoço), com a inclusão de café da tarde no período de pandemia, banho e troca de roupa. Sobre os atendimentos propriamente ditos, houve uma maior restrição de contato devido a obrigatoriedade de distanciamento social em alguns períodos.

As principais demandas trazidas pelos usuários foram questões referentes à documentação, demandas judiciais, regularização de emprego e retomada de contato com a família. Sobre demandas em saúde mental, houve uma discordância de visões sobre o tipo de sofrimento mental existente no cotidiano dessa população, revelando mais uma vez, pouco conhecimento sobre os problemas emocionais e necessidades específicas desse grupo populacional.

Quanto ao acesso aos serviços, foi constatado que a demanda espontânea foi a principal forma dos usuários chegarem ao serviço da assistência social. A partir daí foram feitos encaminhamentos para outros equipamentos, tanto da assistência social, como outros. Na saúde, a principal forma de acesso foram encaminhamentos feitos por outros serviços, principalmente da

assistência social, mostrando a ausência de uma linha de cuidado conjunta, intersetorial para esta população. Foi relatada a existência de algumas barreiras de acesso na rede de saúde devido às exigências como a documentação e prazos para a consulta. As demandas dessa população são urgentes e estas barreiras prejudicam o acesso e o vínculo com a PSR.

Uma busca ativa no território evitaria que o primeiro contato dessa população com a rede fosse através de serviços de urgência e emergência, evitando que condições de saúde e sociais se agravassem.

Em relação a demandas de saúde mental, para além do uso de álcool e drogas, os dados mostraram o desconhecimento e despreparo dos serviços para rastreá-las, identificá-las e acolhê-las. Faz-se necessário ações de capacitação das equipes no cuidado desta população, para que exista uma busca ativa do sofrimento mental e de demandas psicossociais entre a PSR e um maior acesso desse grupo ao cuidado em saúde mental.

Sobre as ações ofertadas para o cuidado em SM, foi destacada a redução de danos e a prevenção ao uso de álcool e outras drogas, com atendimentos em grupo no CAPS ad e Centro Pop. Não foi explicitado qual o manejo de demandas de sofrimento mental que não sejam o uso de substâncias.

Apesar da existência de um núcleo de violência, percebeu-se a inexistência de uma linha de cuidado transversal e intersetorial de atendimento dessa problemática para a PSR. A PSR não acessa o Núcleo de Violência, e nem a gestão da saúde vê esta população como alvo das ações deste núcleo. Mesmo o CREAS, só acompanha situações de violência de casos que já saíram da rua. Enquanto estão nas ruas, as queixas de violência são acompanhadas pelo Centro POP.

Entre as duas redes não está claro qual o papel de cada um dos serviços, no manejo de situações de sofrimento mental da PSR. Apenas o Centro Pop tem um papel mais delimitado no cuidado desse grupo social, mas não em todas as demandas de SM. É necessária uma atenção mais integral, articulada e contínua para as demandas psicossociais desta população.

É imprescindível a busca ativa dessa população, que se mostrou crescente no período de pandemia, mas com dificuldades de acessar serviços de ambas as secretarias. A corresponsabilização e a coparticipação no cuidado, principalmente com indivíduos em situação de extrema vulnerabilidade, são pontos primordiais no planejamento da atenção ofertada.

Por fim, quanto ao cuidado oferecido para problemas relacionados à pandemia de COVID - 19, os dados adquiridos mostraram que esta responsabilidade ficou centrada apenas nos serviços especializados da assistência social.

Conclusão

Há pouco rastreamento e busca ativa de problemas de saúde, sofrimento mental e situações de violência, por parte dos serviços da RAPS e SUAS. A porta de entrada tem sido a atenção especializada e UPA. A atenção básica e a proteção social básica desempenham papel secundário na atenção à PSR. O conhecimento das necessidades, o cuidado e busca ativa dessa população deveriam ser responsabilidade de todos os equipamentos de saúde e assistência. A inexistência de linhas de cuidado intersetoriais para a PSR, e a falta de corresponsabilização entre os serviços, dificulta a integralidade do cuidado para a PSR do município.

TCC 2

Vulnerabilidade Social e a Pandemia de COVID-19: A Construção de Ações de Cuidado Psicossocial a partir do Trabalho em Rede e da Articulação Intersectorial

Luana Santos Conceição, Ligia Rivero Pupo

Objetivos

Identificar e analisar as estratégias em rede e de articulação intersectorial, utilizadas pela RAPS e rede SUAS do município de Franco da Rocha durante a pandemia de COVID-19, para o cuidado psicossocial de pessoas vivendo situações de vulnerabilidade ou risco psicossocial.

Método

Estudo de caso de abordagem qualitativa, onde foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas com profissionais e gestoras da secretaria municipal de assistência social (Sistema Único da Assistência Social – rede SUAS) e secretaria municipal de saúde (Rede de Atenção Psicossocial - RAPS) do município de Franco da Rocha divididos nas seguintes categorias:

Eixo RAPS:

- a) Atenção Básica: 2 profissionais do NASF e 2 profissionais de UBS distintas;
- b) Atenção Especializada: 1 profissional do CAPS Adulto; 1 profissional do CAPS Álcool e outra Drogas, 1 profissional do CAPS Infanto-Juvenil e 1 profissional do Núcleo de Violência;
- c) Gestão Municipal: 1 profissional da gestão.

Eixo Rede SUAS:

- a) Proteção Social Básica: 2 profissionais de CRAS distintos.
- b) Proteção Social Especializada: 1 profissional do CREAS e 1 profissional do Centro Pop.
- c) Gestão Municipal: 2 profissionais da gestão.

As entrevistas foram realizadas de maneira remota pelas plataformas Google Meet e Jitsi Meet nos meses de setembro e outubro de 2021. Foi encaminhado para o e-mail dos participantes uma via do termo de consentimento livre e esclarecido. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para a análise.

Os dados coletados foram subdivididos nas seguintes categorias de análise: a) Organização e funcionamento dos serviços do SUAS e RAPS durante a pandemia; b) cuidado psicossocial ofertado para as pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade e risco social (manejo das situações de empobrecimento, perdas de renda e perdas pessoais; cuidado psicossocial às situações de sofrimento mental) e c) Trabalho em rede e articulação intersetorial.

Buscou-se identificar similaridades, divergências, dificuldades e potencialidades do trabalho em rede e da articulação intersetorial dentro de cada rede, e entre as redes, para o cuidado da população em vulnerabilidade social. Após a sistematização, foram apresentadas recomendações para apoiar e contribuir com os protocolos de cuidado psicossocial já estabelecidos pelo município.

Resultados e Discussão

As redes SUAS e RAPS do município de Franco da Rocha, durante o período da pandemia de COVID-19 buscaram garantir o acesso e a continuidade ao cuidado em saúde mental a proteção social aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, adotando novas estratégias de organização dos serviços como acompanhamento via telefone. Os atendimentos presenciais e as visitas domiciliares foram reduzidos, sendo realizados em situações pontuais segundo gravidade dos casos.

Uma das principais dificuldades relatadas pelos profissionais da rede SUAS foram os cortes de recursos financeiros destinados à assistência social pelo governo federal, o que ocasionou uma sobrecarga de responsabilidades na esfera municipal que se tornou responsável em garantir os recursos para que os serviços permanecessem em funcionamento. No âmbito da RAPS, um dos principais desafios apontados pelos profissionais foi a retomada dos usuários a esses espaços pois, ansiavam que as atividades fossem realizadas como antes do período da pandemia, o que ainda não é possível. As participantes da atenção básica destacaram a necessidade da ampliação do quadro de funcionários dos serviços devido ao aumento das demandas que estavam represadas em virtude da redução das consultas de rotina para priorizar os atendimentos de COVID-19.

O aumento do empobrecimento e perda de renda da população foram evidenciados pelo crescimento das situações de fome no território, o benefício eventual da cesta básica para garantir acesso a alimentação permaneceu sendo a principal demanda dos serviços do SUAS. O aumento do sofrimento mental foi identificado pelo crescimento dos casos de

ansiedade na RAPS que se tornaram a principal demanda dos serviços, os profissionais destacaram que o fechamento do pronto socorro psiquiátrico CAISM contribuiu para o aumento desses casos nos serviços, que tiveram que adotar novas estratégias de reorganização do cuidado.

O crescimento da vulnerabilidade temporária obteve destaque em ambas as redes, observou-se que o sofrimento mental dos usuários tornou-se presente nos serviços da rede SUAS, do mesmo modo que, as situações de vulnerabilidade social tornaram-se frequentes no cotidiano dos usuários da RAPS, o que exigiu que ambas as redes atuassem de forma mais conjunta, por meio da articulação intersetorial para estabelecerem estratégias de cuidado, para possibilitar aos indivíduos não somente acesso a instrumentos de enfrentamento mas assegurar a integralidade do cuidado, evidenciando que os usuários em situação de vulnerabilidade social compõem as duas redes de atenção. Desse modo, pode-se inferir que há uma correlação entre o aumento das demandas de saúde mental no território com o crescimento das situações de vulnerabilidade social da população.

As implicações do luto em decorrência da COVID-19 também se destacaram nas duas redes. O aumento das demandas de sofrimento mental relacionadas ao luto nos usuários da RAPS, apresentou-se na rede SUAS a partir do crescimento da solicitação do benefício eventual de auxílio-funeral. Ambas as redes apontaram a importância de estabelecer ações de cuidado psicossocial e fortalecimento das redes de apoio dos usuários. A literatura destaca que ainda não há uma política nacional de atenção ao luto, o que demonstra a importância de pactuarem ações em conjunto para

desenvolverem uma linha de cuidado que atenda essa demanda apontada por alguns profissionais como um dos principais desafios desse período.

Em relação ao trabalho em rede da SUAS os profissionais afirmaram não haver dificuldades nessa comunicação, acerca do trabalho em rede da RAPS os profissionais ressaltaram que apesar do bom diálogo, essa relação ainda não é institucionalizada, em alguns equipamentos acontece a partir do contato interpessoal de cada caso. As reuniões de matriciamento foram apontadas por todos como importante instrumento para qualificar essa prática.

Acerca da articulação intersetorial, ambas as redes relataram que essa relação está sendo construída e fortalecida no município. Algumas dificuldades foram apontadas, as participantes da rede SUAS afirmaram que ainda há aspectos a serem melhorados devido recursos limitados das redes, as profissionais da RAPS ressaltaram que há uma falta de clareza de alguns equipamentos do SUAS sobre o papel de cada secretaria na construção do cuidado aos usuários, uma importante estratégia seria incluir a rede SUAS nas reuniões de matriciamento da RAPS.

É fundamental que sejam estabelecidos novos espaços de encontros mais formais e frequentes entre os profissionais da rede SUAS e RAPS para que dialoguem sobre as principais dificuldades, potencialidades e o papel de cada secretaria nesse cuidado, para pactuarem ações em conjunto e estabelecerem linhas de cuidado para situações psicossociais. Além de fortalecer o trabalho melhorando a comunicação entre as redes, tais ações conjuntas contribuem para aumentar a visibilidade das demandas sociais e de sofrimento mental da população em situação de vulnerabilidade social.

Conclusão

A atuação da rede SUAS e RAPS contribuiu para atenuar o agravamento das situações de sofrimento mental e vulnerabilidade social que tiveram um aumento significativo nesse período. Fortalecer o trabalho em rede e a articulação intersetorial a partir da criação de novos espaços de encontro para a pactuação de ações e construção de linhas cuidado em conjunto para situações psicossociais (vulnerabilidade social, violência, uso abusivo de álcool e drogas, situações de luto e acumuladores) é fundamental para ampliar as ações de cuidado e proteção social do município.

Considerações finais do Eixo

Os estudos realizados neste ano pelo eixo de saúde mental revelaram a importância do fortalecimento intencional e permanente do trabalho em rede e da articulação intersetorial entre RAPS e SUAS, para o cuidado integral e continuado das populações em situação de maior vulnerabilidade social, incluindo aquelas em situação de rua.

Isto ficou evidenciado pela: correlação encontrada entre o crescimento das demandas de saúde mental e o crescimento das demandas e carências sociais; fragilização de grupos sociais e aumento de situações de risco e estresse psicossocial acirradas com a pandemia; ausência de linhas de cuidado transversais para o sofrimento mental de grupos em situações específicas (tais como situações de violência e crises psíquicas de pessoas em situação de rua, ou situações de luto provocadas pela COVID 19, entre outros); ausência de planejamento conjunto e de espaços institucionalizados para as trocas entre as redes de atenção e entre os serviços. Mesmo assim, foi possível observar que o contexto da pandemia contribuiu significativamente para a aproximação e diálogo entre a RAPS e o SUAS, e também para a construção, ainda que informal, de soluções mais articuladas e conjuntas.

Eixo 8 - Saúde da Criança

Pesquisadoras responsáveis:

Sonia Ioyama Venancio e Maritsa Carla de Bortoli

Introdução

O novo coronavírus, SARS-CoV-2, começou a se espalhar a partir da província de Wuhan, na China. Em dezembro de 2019, ganhou notoriedade ao se espalhar pela China e causar a doença denominada COVID-19 (OPAS, 2020). A COVID-19 espalhou-se para outros países e pelo mundo até que em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarou como uma pandemia. Frente a esse contexto, tornou-se imperativo investigar os impactos da pandemia sobre a saúde de distintos grupos sociais no país a fim de que se identifique ações adequadas às distintas vulnerabilidades e particularidades do acometimento da doença.

Uma dessas linhas de investigação deve ser a saúde infantil, dessa forma é importante observar uma das medidas sanitárias tomadas que afetou as crianças, adolescentes e suas famílias, de diferentes formas, que foi o fechamento das escolas, dentre os impactos mais preocupantes, podemos citar o prejuízo no ensino na socialização e desenvolvimento infantil, o agravamento de vulnerabilidades como a barreira de acesso à merenda escolar. A UNESCO estima que em abril de 2020, 192 países haviam fechado suas escolas, o que afetou mais de 90% da população mundial de estudantes.

Diante desse contexto, o presente trabalho possui como ponto de partida a necessidade de investigação acerca da saúde infantil durante a pandemia da COVID-19 como apoio à gestão para avaliação e implementação de políticas públicas em saúde. Este projeto é parte da parceria firmada, desde 2014, entre o Instituto de Saúde e a prefeitura de Franco da Rocha, município do estado de São Paulo, para unir pesquisa e gestão frente a problemas de saúde determinados pelo município como relevantes dentro da realidade local. Em 2020, já em meio ao contexto da pandemia do coronavírus, foi realizado um estudo acerca da situação epidemiológica das crianças de 0-9 anos no município para melhor compreensão do acometimento da doença nessa faixa populacional (TAFARELLO, 2021), assim como foram investigados barreiras e facilitadores ao desenvolvimento de ações relacionadas aos setes eixos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC).

Já em 2021, a gestão do município sinalizou a necessidade de analisar possíveis mudanças no perfil epidemiológico da COVID-19 em crianças em função da reabertura das escolas e identificar medidas de mitigação da transmissão do SARS-CoV-2 recomendadas na literatura, a fim de garantir uma retomada segura das aulas presenciais para todos os envolvidos na comunidade escolar. No presente trabalho apresentamos de forma concisa os resultados encontrados.

TCC 1

O retorno às atividades presenciais das escolas na pandemia: análise dos casos de COVID-19 em crianças no município de Franco da Rocha/SP

Lumi Sano Shine, Sonia Isoyama Venancio, Maritsa Carla de Bortoli

Objetivo

O presente trabalho buscou avaliar os casos de COVID-19 em crianças de 0-9 anos no município de Franco da Rocha, São Paulo, antes e após o retorno presencial às atividades escolares.

Método

Foi realizado um estudo epidemiológico descritivo. Foram analisados casos nas EMEBs do município com informações do sistema de monitoramento da Secretaria Municipal de Educação e da Vigilância Epidemiológica municipal, de maio a setembro de 2021, para construção de gráficos referentes à série histórica dos casos notificados nas escolas, à distribuição dos casos por escola e à distribuição dos casos por função exercida.

Foram analisados casos de Síndrome Gripal (Sg) e Sg por COVID-19 de crianças de 0 a 9 anos no município, com informações do sistema e-sus VE, de janeiro de 2020 a setembro de 2021. As informações foram utilizadas para a construção de tabelas e gráficos referentes às tendências temporais de notificação de casos.

Foi analisado o perfil das crianças acometidas por Sg e Sg por COVID-19 a partir das variáveis sexo, raça/cor e idade nos bancos de dados e foram geradas tabelas e gráficos referentes a distribuição de casos acumulados por variável e/ou distribuição temporal por variável.

Foram analisados casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (Srag) e Srag por COVID-19 com informações do sistema SIVEP Gripe segundo as variáveis idade, sexo e critério raça/cor.

A qualidade das informações foi avaliada a partir da porcentagem de preenchimento nos bancos de dados, cuja classificação variou de “excelente” ($\geq 95\%$), “bom” ($90\% \leq a \leq 95\%$), “regular” ($50 \leq a \leq 70\%$) a “muito ruim” ($\leq 50\%$), segundo os critérios de Costas e Frias (2009).

Foi realizado um Diálogo Deliberativo para análise da percepção de atores chave acerca dos resultados. Participaram 16 interessados (pesquisadores, gestores da Secretaria da Saúde e Educação, profissionais da educação - professores, diretores e auxiliares de serviços escolares -, profissionais da saúde - do setor da vigilância epidemiológica do município - e envolvidos/interessados).

Resultados e Discussão

Acerca dos casos de COVID-19 nas EMEBs, entre a reabertura no dia 03 de maio de 2021 até final de setembro de 2021, foram notificados 102 casos dentre as 1.658 pessoas que compõem a comunidade escolar (6,1%). Dentre os casos, algumas funções profissionais estiveram mais vulneráveis à doença, como professores (42,2%) e auxiliares de educação (24,5%), em

comparação com outras, como diretores (4,9%). Apenas 5 casos dos 102 notificados foram em crianças (4,9%).

Em relação aos casos infantis no município de Sg por COVID-19, foram notificados 117 casos no período, com 47 casos em 2020 e 70 em 2021. Os meses de maior número de notificações de COVID-19 foram em março e junho de 2021. O segundo pico da doença, em julho de 2021, posterior à reabertura, levanta a hipótese de que a reabertura escolar poderia ter influenciado a tendência de casos de COVID-19 em crianças.

Entretanto, a análise de perfil do acometimento da doença, e mais especificamente a distribuição dos casos por idade, sugere que as crianças mais infectadas foram as menores de 1 ano e de 1 ano de idade (aproximadamente 40%). Já entre as crianças a partir dos 6 anos, idade recomendada para ingresso no 1o ano do ensino fundamental (INEP, 2020), e, portanto, nas EMEBs, a notificação de casos foi menor. Portanto, não há indícios de alteração na tendência de casos notificados a partir da reabertura. Isso é coerente com os achados da revisão sistemática de WALSH et al. (2021). Sua conclusão foi que, em onze estudos observacionais sobre efeitos da retomada escolar, não há indício de aumento de casos em áreas de baixa transmissão comunitária e com a implementação de medidas de mitigação.

Em relação aos casos de Srag por COVID-19, foram 2 casos notificados no período, 1 em 2020 e 1 em 2021. Ambos eram do sexo masculino, brancos, na faixa etária dos 5 a 9 anos. Não houve necessidade de internação em UTI e não houve óbitos infantis por COVID-19 no período. Nesses dois casos, o perfil das crianças provavelmente não era condizente com de casos leves

pelo número pequeno de casos. Esses dados são coerentes com a literatura de que apesar de crianças em todas as faixas etárias serem passíveis de infecções - e, portanto, não devem estar isentas de cuidados - em geral, elas apresentam quadros assintomáticos ou de sintomas leves quando acometidas pela doença (CASTAGNOLI et al. 2020; DONG, et al., 2020; LUDVIGSSON et al. 2020; WILLIAMS et al. 2020).

Acerca da classificação da completude dos dados nos sistemas de informação, o quesito “raça/cor” chama atenção. Apesar da maior notificação em crianças brancas, a baixa porcentagem de preenchimento dessa informação (aproximadamente 42%) compromete uma análise fidedigna. Isso impede investigações acerca das especificidades e vulnerabilidades segundo raça, que justifica o desenvolvimento de ações ou políticas específicas a fim de garantir a equidade que o SUS objetiva (BATISTA e MONTEIRO, 2010; BRAZ et al., 2013). Preocupação semelhante refere-se a “classificação final” da doença e “evolução do caso” para casos de Sg por COVID-19, cujas qualidades de preenchimento foram classificadas como “muito ruim”. É preocupante uma possível subnotificação de casos, internações e óbitos no município, o que pode ser melhor averiguado com um melhor preenchimento do dado.

No geral, a proporção de casos infantis está dentro da margem esperada pela literatura. Em todo o município, foram notificados 117 casos infantis, o que representa cerca de 0,98% dos casos totais no período analisado (FRANCO DA ROCHA, 2020). O mesmo cálculo, referente aos casos nas EMEBs no município, foi de 4,9%. De acordo com uma revisão sistemática realizada por Ludvigsson (2020), ambas as taxas estão dentro da margem

de que geralmente 1-5% dos casos diagnosticados são em crianças (LUDVIGSSON, 2020).

As análises apresentadas foram discutidas no Diálogo Deliberativo. Alguns atores relataram sensação de alívio ao observarem os dados, que possivelmente indicam o não aumento de casos em crianças frente à decisão de reabertura escolar e implementação de medidas de segurança. Foram citadas as complementações ao Plano São Paulo pelo Decreto Municipal N°3004/2021, as discussões de transpor os dados de estudos internacionais ao contexto local, o obstáculo para a tomada de decisão pela gestão em função da falta de referência de outras pandemias e os conflitos entre categorias da educação no processo de reabertura. Todos os dados e considerações foram passíveis de comentários, questionamentos e complementações, o que em si denota uma avaliação colaborativa da situação.

Conclusão

A partir da análise da tendência temporal da doença em relação à reabertura das escolas no município, não foi possível identificar aumento do número de casos notificados em crianças na faixa etária que frequenta a comunidade escolar. Ressalta-se a importância do preenchimento adequado dos dados nos sistemas de informação de saúde, análise de variáveis de perfil para identificação de vulnerabilidades e das estratégias de mitigação da transmissão do SARS-CoV-2 a fim de tornar o ambiente escolar seguro.

TCC 2

Medidas para mitigação da transmissão do SARS-CoV-2 na comunidade escolar

Adriana de Almeida Santos, Sonia Isoyama Venancio, Maritsa Carla de Bortoli

Objetivo

Identificar estratégias para a mitigação do SARS-CoV-2 na comunidade escolar no contexto do retorno das atividades presenciais.

Método

Foi elaborado um perfil rápido de evidências, por meio da busca em 8 bases de dados, plataformas de busca e repositórios (PubMed, BVS, Cochrane, McMaster, GIN, Google Scholar, Health Systems Evidence e Global research of Coronavirus Disease), além de buscas manuais por guias, protocolos e recomendações nacionais e internacionais, em sites de organizações nacionais e internacionais e instituições governamentais (OPAS, Ministério da Saúde, Fiocruz, Organização Mundial da Saúde e Secretaria de Educação do Estado de São Paulo).

Para a coleta de dados, os estudos encontrados foram inicialmente triados e verificados quanto à elegibilidade de forma independente por dois avaliadores, e as divergências resolvidas por um terceiro avaliador. A seguir

os trabalhos selecionados foram lidos na íntegra, os dados foram extraídos de maneira independente e checados por um segundo avaliador e divergências foram resolvidas por consenso.

Os dados foram extraídos através do Planilhas Google, e posteriormente foram agrupados conforme categorias baseadas no modelo teórico da revisão de escopo “Measures implemented in the school setting to contain the COVID-19 pandemic: a rapid scoping review” (KRISHNARATNE *et al*, 2020).

Foi realizado um Diálogo Deliberativo (DD) a fim de apresentar as medidas de mitigação reunidas pela busca na literatura, e avaliar no contexto do município de Franco da Rocha sua aplicabilidade, dialogando sobre os facilitadores e barreiras para implementação de tais medidas. Os resultados deste diálogo foram sintetizados em um relatório, cujo conteúdo foi utilizado neste estudo no sentido de enriquecer a discussão dos achados do perfil de evidências à luz do contexto local.

Resultados e Discussão

Por meio das estratégias de busca foram encontrados 476 documentos, dos quais 111 foram excluídos por se tratarem de documentos duplicados, restando 365 estudos que foram triados por meio da leitura de títulos e resumos. Dezoito estudos foram então selecionados para a leitura na íntegra, destes, 8 documentos foram incluídos nesta etapa. Após buscas manuais, mais 8 trabalhos foram incluídos, totalizando 16 documentos.

Os dados coletados foram classificados em três categorias: medidas organizacionais, medidas ambientais e estruturais e medidas de vigilância.

As Medidas Organizacionais informam sobre procedimentos que devem ser implementados nos espaços e na execução de tarefas para evitar o contato ou manter o contato seguro e estiveram presentes em 93,7% dos estudos. As estratégias para manter o contato seguro são compostas por cinco medidas: uso de máscara, higiene das mãos, etiqueta respiratória, distanciamento físico e modificação de atividades. Já as estratégias organizacionais para reduzir o contato, presentes em 13 estudos, somam cinco medidas: escala de horários, cancelamento de atividades, política de permanência em casa para alunos e funcionários doentes ou de risco, ensino remoto em situações específicas, restrição na entrada das escolas.

Contudo a implementação das medidas organizacionais enfrenta barreiras, a começar pelo uso de máscaras. O relatório do DD apontou dificuldades como o uso da máscara N95 pelos professores, por se tratar de um equipamento desconfortável (RELATÓRIO DD, 2021). Outra barreira é a dificuldade de comunicação que o uso de máscaras gera para as pessoas surdas ou com perdas auditivas significativas, ou ainda professores e funcionários que ensinam ou trabalham com pessoas com deficiência auditiva, nesses casos o sugerido é a utilização de máscaras transparentes, ou ainda considerar a comunicação escrita e diminuir ruídos (CDC, 2020/ CDC, 2021).

Como facilitador para o uso de máscaras, foi apontada a facilidade com que as crianças menores compreendem a necessidade de implementar essa medida na rotina (RELATÓRIO DD, 2021), contrariando o achado dos estudos analisados onde se previa uma maior dificuldade para as crianças do ensino fundamental e jardim de infância aceitarem o uso da máscara (NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE,

2020). Assim como observado para o uso de máscaras, a implementação do distanciamento físico é mais facilmente adotada entre os mais novos em geral (RELATÓRIO DD, 2021).

As Medidas Ambientais e Estruturais, presentes em 85,7% dos estudos, são estratégias que indicam necessidades de mudanças físicas nos ambientes para mitigação da transmissão do vírus. Nesta categoria, aparecem três medidas de segurança: medidas para facilitar o distanciamento social, aumento da ventilação e aumento da limpeza. Essas medidas enfrentam algumas barreiras importantes a serem pontuadas, uma vez que, a depender da disposição física da escola, não é possível ampliar espaços ou realizar modificações eficazes para garantir a redução de contato. Há ainda a barreira financeira a algumas modificações sugeridas, como a implementação ou melhoria do sistema de ventilação do prédio, que podem ser muito onerosas.

As Medidas de Vigilância, relativas aos procedimentos a serem seguidos quando há casos suspeitos ou confirmados, com o propósito de reduzir a disseminação do vírus, dentro e fora da comunidade estiveram presentes em 93,7% dos estudos.

Uma barreira importante é a dificuldade de testagem de casos suspeitos por contato com pessoas doentes no município, apesar de ser recomendado pela literatura, dessa forma a medida de isolamento e de quarentena desses casos foi considerada mais fácil de ser implementada. Quanto ao tempo de quarentena, a literatura recomenda em média até 14 dias em caso de contato com caso confirmado de COVID-19, o município de Franco da

Rocha reduziu esse tempo para 10 dias para maior viabilidade do funcionamento da escola (RELATÓRIO DD, 2021).

Como facilitador foi observado que as medidas de triagem de sintomas, como por exemplo a medição de temperatura, foram bem aceitas pelo município de Franco da Rocha, e foram mantidas por favorecer uma sensação de segurança para a comunidade escolar, apesar de serem bastante trabalhosas, a depender do número de estudantes na escola (RELATÓRIO DD, 2021).

As medidas comunicacionais para combater as notícias falsas, e assim conseguir manter os protocolos de segurança, foram citadas como efetivas para manter uma comunicação com os pais e responsáveis através do envio antecipado dos protocolos de segurança a serem adotados; a ligação ou uso do WhatsApp em caso de sintoma na criança na escola; o uso do quadro de avisos para novidades, dentre outros (RELATÓRIO DD, 2021).

Conclusão

Através dos resultados deste trabalho foi possível observar que há uma grande variedade de medidas sanitárias de segurança para serem implementadas no ambiente escolar que auxiliam na mitigação da transmissão do Sars-Cov-2, contudo existem barreiras para sua implementação, sendo que as principais estão relacionadas com limitadores físicos e financeiros, e ainda com a falta de trabalhos na literatura que considerem as diferenças socioeconômicas entre os países, para o enfrentamento da COVID-19 em cenários diversos.

Considerações finais do Eixo

A partir da análise da tendência temporal da doença em relação à reabertura das escolas no município, não foi identificado aumento do número de casos notificados em crianças na faixa etária que frequenta a comunidade escolar. Isso é apontado na literatura como um resultado a depender de baixa transmissão comunitária e implementação de medidas de mitigação para transmissão do vírus.

Identificou-se uma grande variedade de medidas sanitárias de segurança a serem implementadas no ambiente escolar para auxiliar na mitigação da transmissão do Sars-Cov-2, contudo é importante ressaltar que existem barreiras para a implementação dessas medidas, a depender do cenário em questão, assim são necessários mais estudos que considerem as diferenças socioeconômicas entre os países, para o enfrentamento da COVID-19 em cenários diversos.

A realização do DD possibilitou o compartilhamento dos resultados dos estudos com gestores e profissionais das áreas da saúde e educação e a interpretação dos achados sob a ótica dos envolvidos.

Espera-se que os dados sejam úteis aos gestores e equipes de saúde e educação para o planejamento de ações voltadas à garantia da saúde de todos os envolvidos e redução dos impactos negativos da Covid-19 sobre a saúde e o desenvolvimento das crianças.

Eixo 9 - Saúde do Adolescente

Pesquisadora responsável:

Regina Maria Mac Dowell de Figueiredo

Introdução

Frente ao crescimento de algumas IST na conjuntura brasileira, como a sífilis e o HIV, se mostra fundamental para a promoção da Saúde de Adolescentes e Jovens a observância da ocorrência dessas infecções entre este público, a sua caracterização de perfil sexual, de gênero e comportamental, além dos impactos da COVID-19, de forma a avaliar vulnerabilidades e promover o melhor planejamento de ações de prevenção.

TCC 1

Das Infecções Sexualmente Transmissíveis à Sífilis: uma análise sobre a realidade de adolescentes e jovens em Franco da Rocha

Lincoln Moreira de Jesus Menezes, Regina Maria Mac Dowell de Figueiredo

Objetivo

Descrever a situação de saúde sexual relacionada às IST e, em especial, da sífilis, da população de 12 até 24 anos (adolescentes e jovens) do município, com foco nos comportamentos de risco e a análise de perfis de gênero e sexualidade dos infectados, considerando o impacto da COVID-19 nesses.

Método

Através de parceria estabelecida entre a Secretaria de Saúde do Município de Franco da Rocha e o Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, desenvolveu-se uma pesquisa utilizando-se de metodologia conjunta de levantamento de indicadores de saúde junto à Secretaria de Saúde do Município de Franco da Rocha com relação às IST; e levantamento qualitativo de informações com informantes-chave da gestão e assistência à saúde deste município. Foram entrevistados seis gestores e profissionais de saúde da Atenção Básica que atuam junto à UBSs, ao CTA/SAE/COAS e ao Centro de Atenção à Saúde da Mulher

Resultados e Discussão

Os resultados detectaram alta incidência de IST no município, principalmente de HPV (entre adolescentes, jovens e adultas independente da faixa etária, a maioria não vacinada); poucos casos de hepatite B (provavelmente devido à vacinação); mais casos de hepatite C, que tem transmissão predominantemente não sexual (principalmente entre o público heterossexual); de HIV (principalmente entre HSH jovens e adultos de 18 a 25 anos – que inclui gays e, principalmente, travestis) e alguns casos entre mulheres heterossexuais detectadas na gestação, além de homens heterossexuais.

- A sífilis se mostrou muito presente no município, com alta entre mulheres jovens entre 15 e 30 anos detectadas durante o pré-natal; também entre os HSH na faixa etária mais jovem de 18 a 25 anos e adultos de 30; entre homens heterossexuais há casos e esse se mostra como o público de mais difícil detecção devido à baixa testagem e de adesão ao tratamento em rotinas médicas e de saúde, devido à falta de autopercepção de risco, pouca frequência nos serviços e não priorização do tratamento.

- A autopercepção de risco é maior entre o público HSH que mais busca espontaneamente os testes rápidos, principalmente no CTA/COAS. Essa população parece ser mais usuária do preservativo masculino, embora não o utilize de forma consistente, o que motiva a busca pela PEP.

- O estudo reforça o perfil de homens infectados pela sífilis no Brasil, como predominantemente jovem, entre 20 e 29 anos, tanto entre a população

HSH, como heterossexual, reforçando comportamentos de risco e a importância de ação do setor saúde na prevenção e promoção de acesso aos serviços de saúde e tratamentos, com ênfase nos homens, além da prevenção.

- Entre mulheres o perfil de infectados pela sífilis também é jovem, de 18 a 30 anos, infectadas geralmente por parceiros fixos e sem noção de risco nessas relações. Por isso a maioria não realiza busca espontânea por testagem e é detectada no pré-natal o que termina gerando casos de sífilis congênita que poderiam ser evitados no pré-natal.

- A comunicação do diagnóstico em casais heterossexuais se mostra causa de atrito e discussão sobre infidelidades.

- Ressalta-se a falta de registro preciso da categoria de exposição quanto à identidade de gênero e orientação sexual dificultando a análise de casos e comportamentos de risco entre a população LGBT, principalmente nas UBS, em descumprimento à Política Nacional de Saúde Integral LGBT, reforçando discriminação de indicadores que permitam evitar o adoecimento e sofrimento dessa população.

- A naturalização do diagnóstico positivo para HIV pelo público jovem HSH, devido à possibilidade de uso de antirretrovirais é uma preocupação dos profissionais do município, mostrando que ações educativas de conscientização são necessárias junto ao público jovem, inclusive em escolas, demonstrando a importância da intersetorialidade nas ações de prevenção.

- É importante reforçar a necessidade de melhoria do aconselhamento e acolhimento de parceiros detectados com IST e indispensável a busca ativa de parceiros das mulheres pela Estratégia de Saúde da Família, inclusive para aplicação de tratamento de sífilis no domicílio ou local de trabalho.
- A pesquisa mostra que há falta e muita rotatividade de recursos humanos para a busca ativa, mostrando a necessidade de empenho da gestão municipal em aumentar o pessoal e estímulos à sua fixação.
- Notou-se alguns aspectos discursivos de preconceito expressos pelos entrevistados ao se referir às mulheres e homens *gays* com rotatividade de parceiros, descrita como “promiscuidade”, enquanto que para homens heterossexuais não se fazem tal categorização, mostrando naturalização das múltiplas parcerias entre essas. Nesse sentido, fica explícita a reprodução social da divisão de gênero machista e homofóbica que estrutura a sociedade, inclusive nos diversos serviços públicos de saúde, por isso, é fundamental que haja um incentivo à discussão do preconceito de gênero e sexualidade.
- O público gay e travesti, em geral, costuma permanecer no município devido às baixas condições econômicas e utiliza pontos de sociabilidade local fixos, assim como as áreas de prostituição, apontando facilidade para ações de prevenção, que são feitas pelo CTA/COAS e algumas ONGs.
- A pandemia de COVID-19 provocou realocação de profissionais de saúde de seus postos, devido à aplicação de vacinação e tratamento desta infecção; também reorientação de atendimentos e agendas, priorizando ações emergenciais, de COVID-19 e de saúde sexual e reprodutiva mais

fundamentais. Houve interrupção nos trabalhos de distribuição de insumo de prevenção sexual, como preservativos, lubrificante e na oferta de testes rápidos, embora a necessidade de vacinação da COVID-19 tenha gerado um público jovem que passou a frequentar o CTA em busca de preservativos. A COVID-19 também provocou diminuição dos atendimentos médicos e ginecológicos nas UBS, fazendo as rotinas passarem a ter maiores intervalos e a prioridade passou a ser atendimento aos casos de pré-natal, além de haver interrupção na colocação de DIU e nas orientações de pacientes com o desejo de engravidar, para que postergassem a gravidez.

Conclusão

A sífilis tem alta incidência entre jovens que não aderem ao uso de preservativo em todas as relações sexuais, principalmente em caso de parceria fixa. O público HSH (*gay* e *travesti*), apesar de usar mais preservativos do que o heterossexual, não adere de forma consistente ao preservativo e perdeu o receio de se infectar com o HIV, tornando-os assíduos usuários de PEP e colocando-os em emergente risco para outras IST, como a sífilis.

Dos principais impactos da COVID-19, ressalta-se a queda abrupta de testes rápidos, embora apareça uma nova demanda jovem por preservativo e lubrificante, que tomou conhecimento do serviço especializado (CTA/COAS) devido à vacinação contra a COVID-19.

Ressalta-se a importância de ações educativas de promoção de informações em geral para aumento do uso de preservativo; também ações para as mulheres sobre o aumento da infecção da sífilis via parceiros fixos, da

importância de adesão ao tratamento para homens heterossexuais e de informação sobre o aumento dos casos dessa doença entre o público HSH, alertando a problemática e salientando que a PEP não os protegerá de tal infecção.

TCC 2

Infecções Sexualmente Transmissíveis e Comportamento de Risco: uma análise da realidade de jovens e adolescentes de Franco da Rocha, com foco em HIV/AIDS

Marina Campos Pagani, Regina Maria Mac Dowell de Figueiredo

Objetivo

Descrever a situação de saúde sexual com relação às IST e, em especial, da HIV/aids na população jovem e adolescente entre 12 e 29 anos residente no município de Franco da Rocha, considerando também o impacto da covid19 nas políticas de prevenção de Franco da Rocha.

Método

Foi utilizada metodologia conjunta de levantamento de indicadores de saúde junto à Secretaria de Saúde de Franco da Rocha com relação às IST e levantamento qualitativo de informações com informantes-chave da assistência à saúde do município, via entrevistas com seis gestores e profissionais de saúde da Atenção Básica que atuam junto às UBSs, ao CTA/SAE/COAS e ao Centro de Atenção à Saúde da Mulher.

Resultados e Discussão

O estudo aponta alta prevalência da infecção por HPV e por sífilis no município de Franco da Rocha. Destacam-se a quantidade de casos detectados em adolescentes, a também casos de câncer de colo de útero, além de casos de câncer no reto entre a população HSH.

O município registra baixa procura de adolescentes pela dose de reforço de 15 anos da vacina de hepatite B e uma cobertura ainda não suficiente da vacinação de HPV.

Há baixo índice de detecção de hepatite B e prevalência de casos de hepatite C.

A sífilis se mostrou a IST mais preocupante, com um número considerável de detecção, principalmente na gestação, inclusive entre menores de 18 anos. Há alta taxa de sífilis entre o público jovem de faixa etária predominante de 18 aos 25 anos, além de 50% das pessoas que vivem com HIV apresentarem coinfeção de sífilis, incluindo adolescentes.

Os casos de **HIV/aids** estão presentes em todas as faixas etárias. Embora o público adulto seja o maior em tratamento, as novas infecções têm atingido uma população mais jovem de homens e mulheres heterossexuais, geralmente detectados em exames pré-natal, e também entre a população HSH, principalmente travestis.

A maior parte do público em tratamento de HIV no município está registrada pelo sexo biológico, tornando imprecisos os registros de homossexuais, travestis e transgêneros.

Tanto a população adulta quanto a jovem apresentam comportamentos de risco, com baixo uso de preservativo, embora haja maior uso deste quando são HSH, mas não sempre consistente e continuamente.

A demanda jovem pela PEP é alta, principalmente entre o público HSH, que muitas vezes faz uso sequencial da PEP utilizando-a como PrEP, já que esta última não está disponível no município.

O encaminhamento de busca da PrEP em outros municípios tem baixa adesão.

Os profissionais de saúde apontaram preocupação pelo comportamento de “naturalização do diagnóstico” de HIV pelos jovens.

Também foi descrito um comportamento de risco entre os jovens que contraíram HIV por transmissão vertical nos anos 1990 a 2000, que se rebelam em relação ao uso contínuo dos antirretrovirais, provocando o uso inconsistente dessas medicações.

A procura espontânea dos testes rápidos é considerada alta no CTA/COAS, em especial pelo público HSH de todas as faixas etárias e pela população heterossexual adulta, geralmente maior de 35 anos. Nas UBS há baixa procura e os testes são aplicados mais no pré-natal das gestantes.

A população travesti e profissional do sexo também apresenta muita incidência de IST, muitas vezes vinda de outros estados já com o diagnóstico positivo.

A população feminina infectada pelo HIV é jovem, embora haja incidência na faixa dos 35 anos. Em geral, são mulheres que contraíram a infecção de

parceiros fixos que, apesar de às vezes saberem ser de sorologia positiva, não realizam tratamento.

Com relação às gestações, a maioria não foi planejada, ocorrência especialmente comum entre adolescentes, demonstrando não só pouca prevenção contra IST, mas também contraceptiva.

A COVID-19 provocou interrupção de projetos em parceria com ONGs e sociedade civil de oferta de insumos de prevenção e testagem entre a população-chave, mas também entre a população em geral, que agora começaram a ser retomadas

A procura pela PEP diminuiu muito de 2019 para 2020, em 19% e também houve queda ainda mais drástica (de 63%) na procura pelos testes rápidos.

Apesar disso, a pandemia gerou a idealização da proposta de promoção da autotestagem pelo CTA/COAS e aproximou a população jovem dos serviços de saúde devido à necessidade de vacinação de COVID-19, provocando o aumento da procura por gel lubrificante pela população de homens jovens.

Conclusão

O estudo aponta alta prevalência da infecção por HPV e por sífilis no município de Franco da Rocha. Destacam-se a quantidade de casos detectados em adolescentes, a também casos de câncer de colo de útero, além de casos de câncer no reto entre a população HSH.

O município registra baixa procura de adolescentes pela dose de reforço de 15 anos da vacina de hepatite B e uma cobertura ainda não suficiente da vacinação de HPV.

Há baixo índice de detecção de hepatite B e prevalência de casos de hepatite C.

A sífilis se mostrou a IST mais preocupante, com um número considerável de detecção, principalmente na gestação, inclusive entre menores de 18 anos. Há alta taxa de sífilis entre o público jovem de faixa etária predominante de 18 aos 25 anos, além de 50% das pessoas que vivem com HIV apresentarem coinfeção de sífilis, incluindo adolescentes.

Os casos de **HIV/aids** estão presentes em todas as faixas etárias. Embora o público adulto seja o maior em tratamento, as novas infecções têm atingido uma população mais jovem de homens e mulheres heterossexuais, geralmente detectados em exames pré-natal, e também entre a população HSH, principalmente travestis.

A maior parte do público em tratamento de HIV no município está registrada pelo sexo biológico, tornando imprecisos os registros de homossexuais, travestis e transgêneros.

Tanto a população adulta quanto a jovem apresentam comportamentos de risco, com baixo uso de preservativo, embora haja maior uso deste quando são HSH, mas não sempre consistente e continuamente.

A demanda jovem pela PEP é alta, principalmente entre o público HSH, que muitas vezes faz uso sequencial da PEP utilizando-a como PrEP, já que esta última não está disponível no município.

O encaminhamento de busca da PrEP em outros municípios tem baixa adesão.

Os profissionais de saúde apontaram preocupação pelo comportamento de “naturalização do diagnóstico” de HIV pelos jovens.

Também foi descrito um comportamento de risco entre os jovens que contraíram HIV por transmissão vertical nos anos 1990 a 2000, que se rebelam em relação ao uso contínuo dos antirretrovirais, provocando o uso inconsistente dessas medicações.

A procura espontânea dos testes rápidos é considerada alta no CTA/COAS, em especial pelo público HSH de todas as faixas etárias e pela população heterossexual adulta, geralmente maior de 35 anos. Nas UBS há baixa procura e os testes são aplicados mais no pré-natal das gestantes.

A população travesti e profissional do sexo também apresenta muita incidência de IST, muitas vezes vinda de outros estados já com o diagnóstico positivo.

A população feminina infectada pelo HIV é jovem, embora haja incidência na faixa dos 35 anos. Em geral, são mulheres que contraíram a infecção de parceiros fixos que, apesar de às vezes saberem ser de sorologia positiva, não realizam tratamento.

Com relação às gestações, a maioria não foi planejada, ocorrência especialmente comum entre adolescentes, demonstrando não só pouca prevenção contra IST, mas também contraceptiva.

A COVID-19 provocou interrupção de projetos em parceria com ONGs e sociedade civil de oferta de insumos de prevenção e testagem entre a

população-chave, mas também entre a população em geral, que agora começaram a ser retomadas

A procura pela PEP diminuiu muito de 2019 para 2020, em 19% e também houve queda ainda mais drástica (de 63%) na procura pelos testes rápidos.

Apesar disso, a pandemia gerou a idealização da proposta de promoção da autotestagem pelo CTA/COAS e aproximou a população jovem dos serviços de saúde devido à necessidade de vacinação de COVID-19, provocando o aumento da procura por gel lubrificante pela população de homens jovens.

Considerações Finais do Eixo

Os estudos apontam a grande presença de IST entre adolescentes e jovens de Franco da Rocha, incitando ações que reduzam a vulnerabilidade frente a essas doenças:

- Ações intersetoriais de promoção do uso de uso consistente preservativo entre a população adolescente e jovem.
- Promoção da ideia de testagem conjunta no início de relacionamentos fixos.
- Alerta para a população sobre o aumento dos casos de sífilis, inclusive entre parcerias fixas, ressaltando a importância da testagem periódica de IST.
- Uma sensibilização específica para o público masculino hétero sobre a importância de testagem e adesão ao tratamento da sífilis.
- Uma sensibilização específica da população HSH sobre a não serventia da PEP para a proteção contra outras IST, como a sífilis, e da vivência do uso de antirretrovirais buscando desnaturalizar que tratar o HIV é simples.
- Uma atenção mais continuada junto à adolescentes e jovens que contraíram HIV por transmissão vertical para evitar que abandonem o uso consistente de antirretrovirais.
- Realizar ações intersetoriais de apoio estrutural e de promoção de autoestima e autocuidado entre a população travesti que se prostitui, de forma a minimizar sua vulnerabilidade em saúde.